



Número: **0000006-21.2021.2.00.0511**

Classe: **CORREIÇÃO ORDINÁRIA**

Órgão julgador colegiado: **Corregedoria Regional de Justiça do Trabalho da 11ª Região**

Órgão julgador: **Corregedoria Regional de Justiça do Trabalho da 11ª Região**

Última distribuição : **17/03/2021**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Assuntos: **Fiscalização**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
CORREGEDORIA REGIONAL DO TRT DA 11ª REGIÃO (CORRIGENTE)			
5ª Vara do Trabalho de Manaus/AM (CORRIGIDO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
411195	27/04/2021 15:55	Ata de Correição da 5ª Vara do Trabalho de Manaus	Ata



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

**ATA DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA TELEPRESENCIAL
REALIZADA NA 5ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
NOS DIAS 26 E 27 DE ABRIL DE 2021**

Processo: CorOrd 0000006-21.2021.2.00.0511 (PJeCor)
Data da última correção: 10/07/2020

Aos 27 dias do mês de abril de 2021, a Excelentíssima Desembargadora do Trabalho **Márcia Nunes da Silva Bessa**, Corregedora do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, acompanhada da Diretora da Corregedoria Regional, Nereida Martins Lacerda e dos assistentes, Marco Antonio Moleiro Baima Junior e Jucimara de Melo Silva, procedeu à Correição Ordinária Telepresencial na 5ª Vara do Trabalho de Manaus, em conformidade com o inciso II do artigo 34 do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região c/c Provimento nº 03/2020/SCR e Ato nº 13/2020/CGJT, o qual autoriza as Corregedorias Regionais dos Tribunais Regionais do Trabalho a realizarem correições ordinárias pelo meio telepresencial e fixa outras diretrizes. Participaram, da sessão telepresencial, o Excelentíssimo Juiz do Trabalho Titular, Mauro Augusto Ponce de Leão Braga, o Excelentíssimo Juiz do Trabalho Substituto, André Luiz Marques Cunha Junior (no exercício da Titularidade da 5ª Vara do Trabalho), a Excelentíssima Juíza do Trabalho Substituta, Caroline Pitt, a Diretora de Secretaria, Elaine Cristine Melo de Oliveira Ciriaco, e demais servidores lotados na Vara.

Com fundamento nas observações registradas durante a semana correicional, nas informações prestadas pela Vara do Trabalho por meio de ofício encaminhado, bem como nos dados colhidos pela Secretaria da Corregedoria, com o auxílio dos setores competentes e dos sistemas e-Gestão, Hórus (Módulo Corregedoria) e GPrec, a Desembargadora Corregedora registra o seguinte:

SUMÁRIO

I - ANÁLISE GLOBAL	4
1. MAGISTRADOS (AS)	4
1.1. JUIZ (A) TITULAR DA VARA DO TRABALHO (fonte: Sistema Hórus)	4
1.2. JUIZ (A) DO TRABALHO SUBSTITUTO (A) (fonte: Sistema Hórus)	4
1.3. DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS ENTRE JUÍZES. CRITÉRIOS. (fonte: 5ª VTM)	4
2. INFORMAÇÕES FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVAS	4

Página 1 de 53





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

2.1.	QUADRO DE PESSOAL DA UNIDADE (fonte: Sistema Hórus)	4
2.2.	SERVIDORES EM REGIME DE TELETRABALHO NA UNIDADE (fonte: 5ª VTM)	5
2.3.	CONTROLE DE PRODUTIVIDADE DOS SERVIDORES (fonte: 5ª VTM)	5
2.4.	AÇÕES DE CAPACITAÇÃO (fonte: Hórus)	6
2.5.	ANÁLISE E RESUMO DO TÓPICO	6
3.	CLIMA ORGANIZACIONAL. RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA TRT11 N.º 192/2016 (fonte: 5ª VT de Manaus)	7
II – SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE INFORMAÇÕES ADMINISTRATIVAS E JUDICIÁRIAS DA JUSTIÇA		8
1.	ÍNDICE NACIONAL DE GESTÃO DO DESEMPENHO DA JUSTIÇA DO TRABALHO – IGEST (fonte: e-Gestão)	8
2.	ICORREG – Taxa de Congestionamento (fonte: Hórus)	8
3.	METAS JUDICIÁRIAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO (fonte: Hórus)	10
III – ACERVO PROCESSUAL E ITENS DE REGISTRO EM ATA		11
1.	ACERVO PROCESSUAL (fonte: Hórus/e-Gestão)	11
2.	ITENS DE REGISTRO EM ATA (fonte: 5ª VTM)	11
IV – MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL E CONCILIAÇÕES		21
1.	MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL (fonte: Hórus/e-Gestão)	21
1.1	FASE DE CONHECIMENTO	21
1.1.1	Movimentação Processual:	21
1.1.2	Prazos Médios:	22
1.1.3	Processos Solucionados:	22
1.1.4	Sentenças líquidas proferidas:	23
1.1.5	Processos pendentes de solução (fonte: e-Gestão)	23
1.2	FASE DE LIQUIDAÇÃO	24
1.2.1	Movimentação Processual:	24
1.2.2	Prazo médio:	24
1.3	FASE DE EXECUÇÃO	24
1.3.1	Movimentação Processual:	24
1.3.2	Prazos Médios:	25
1.3.3	Execuções encerradas (extintas):	25
1.3.4	Processos arquivados com saldo em conta judicial após 14-02-2019 (fonte: PJe)	26
2.	CONCILIAÇÕES (fonte: Hórus/e-Gestão)	26





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

V – INCIDENTES PROCESSUAIS E RECURSOS PARA O 2º GRAU	26
1. INCIDENTES PROCESSUAIS	26
1.1. DADOS EXTRAÍDOS DO HÓRUS/E-GESTÃO	26
1.2. IRREGULARIDADES ENCONTRADAS	27
2. RECURSOS PENDENTES DE REMESSA PARA O TRT (fonte: Hórus/e-Gestão)	28
VI – EXAME DOS PROCESSOS NO SISTEMA PJe	28
1. PROCESSOS ANALISADOS	28
2. IRREGULARIDADES ENCONTRADAS	30
3. SANEAMENTO	31
VII – ARRECADAÇÃO E VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES	37
1. ARRECADAÇÃO (fonte: Hórus/e-Gestão)	37
2. VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES (fonte: e-Gestão)	38
VIII – PRECATÓRIOS E REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR (RPVs)	38
1. INFORMAÇÕES GERAIS (fonte: 5ª VTM)	38
2. REQUISIÇÃO DE PEQUENO VALOR – ESTADOS E MUNICÍPIOS	41
3. PRECATÓRIO E REQUISIÇÃO DE PEQUENO VALOR - FEDERAL	41
IX – CARTAS PRECATÓRIAS, MANDADOS JUDICIAIS, SEÇÃO DE OUVIDORIA E REGISTROS NA CORREGEDORIA	44
1. CARTAS PRECATÓRIAS (fonte: Hórus/e-Gestão)	44
1.1. PENDENTES DE DEVOLUÇÃO AO JUÍZO DEPRECANTE (fonte: 5ª VTM)	44
1.2. PENDENTES DE CUMPRIMENTO PELO JUÍZO DEPRECADO (fonte: 5ª VTM)	44
1.3. ANÁLISE DAS CARTAS PRECATÓRIAS PENDENTES DE DEVOLUÇÃO AO JUÍZO DEPRECANTE (fonte: PJe)	45
1.4. SANEAMENTO	45
2. MANDADOS JUDICIAIS (fonte: PJe)	46
3. SEÇÃO DE OUVIDORIA (fonte: Hórus/Seção de Ouvidoria)	46
4. REGISTROS NA CORREGEDORIA – RECLAMAÇÃO CORREICIONAL E/OU PEDIDO DE PROVIDÊNCIA AUTUADOS (fonte: Assessoria da Corregedoria)	48
X – BOAS PRÁTICAS E RECOMENDAÇÕES ANTERIORES	49
1. BOAS PRÁTICAS (fonte: 5ª VTM)	49
2. ATENDIMENTO DAS DETERMINAÇÕES ANTERIORES (fonte: E-Sap)	49
XI – REIVINDICAÇÕES DO JUÍZO E RECOMENDAÇÕES/PROVIDÊNCIAS	50
1. REIVINDICAÇÕES DO JUÍZO (fonte: 5ª VTM)	50
2. RECOMENDAÇÕES	50





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

2.1. RECOMENDAÇÕES À 5ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS	50
2.2. DETERMINAÇÕES À 5ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS	51
2.2. DETERMINAÇÕES À SECRETARIA DA CORREGEDORIA	51
XII – AGRADECIMENTOS E ENCERRAMENTO	52

I - ANÁLISE GLOBAL

1. MAGISTRADOS (AS)

1.1. JUIZ (A) TITULAR DA VARA DO TRABALHO (fonte: Sistema Hórus)

MAGISTRADO (A)	DATA DE VIGÊNCIA	
	INÍCIO	FIM
Mauro Augusto Ponce de Leão Braga	30/09/1994	31/12/2020

1.2. JUIZ (A) DO TRABALHO SUBSTITUTO (A) (fonte: Sistema Hórus)

MAGISTRADO (A)	DATA DE VIGÊNCIA	
	INÍCIO	FIM
André Luiz Marques Cunha Junior (no exercício da Titularidade da 5ª VTM, a contar de janeiro/2021)	17/07/2019	-
Caroline Pitt	07/01/2021	-

1.3. DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS ENTRE JUÍZES. CRITÉRIOS. (fonte: 5ª VTM)

Em resposta ao questionário encaminhado pela Corregedoria Regional, a Vara analisada informou que os processos são distribuídos da seguinte forma: para o Juiz Titular são distribuídos os processos cujo número final é par, e, para a Juíza Auxiliar, os de final ímpar.

2. INFORMAÇÕES FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVAS

2.1. QUADRO DE PESSOAL DA UNIDADE (fonte: Sistema Hórus)

O atual quadro de servidores/estagiários e funções comissionadas da unidade judiciária, segundo o Sistema Hórus (base de dados do SIGEP), é

Servidor (a)	Cargo	Função
--------------	-------	--------





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Alcides Gomes Dias	Técnico Judiciário	-
André Anselmo de Araújo	Técnico Judiciário	Assist. de Diretor de Secret.
Antônio Luiz de Souza Oliveira	Técnico Judiciário	Assistente
Elaine Cristine Melo de Oliveira Ciriaco	Analista Judiciário	Diretor de Secretaria
Evandro da Cunha Costa	Analista Judiciário	Assistente de Execução
Jander Menezes dos Santos	Técnico Judiciário	Secretario de Audiência
João Campos de Souza	Técnico Judiciário	Secretario de Audiência
Lorayne Andrade Ferreira Tomaz	Analista Judiciário	Calculista
Miller Felix de Souza	Analista Judiciário	Assistente de Juiz
Rafael Linhares de Mendonça	-	Calculista
Sérgio de Lima Santana	Técnico Judiciário	Assistente
Taiz Rogério	Analista Judiciário	Assistente de Juiz
Thays da Costa Moura Lira	Estagiária de Nível Sup.	-
Túlio Costa Silva Braga	Técnico Judiciário	Assistente

2.2. SERVIDORES EM REGIME DE TELETRABALHO NA UNIDADE (fonte: 5ª VTM)

Com base nas informações fornecidas pela Vara analisada, atualmente, apenas a servidora TAÍZ ROGÉGIO (Assistente de Juiz) encontra-se em regime de teletrabalho fora da sede de jurisdição (desde 09/03/2021), nos termos da Resolução 227/CNJ, com a redação dada pela Resolução CNJ nº 298/2019.

Registre-se que, em decorrência da pandemia de COVID-19, houve a suspensão das atividades presenciais no âmbito do TRT11, nos termos do Ato Conjunto nº 04/2020/SGP/SCR, assim como a restrição ao acesso às dependências das unidades administrativas e judiciárias do TRT11, consoante Ato Conjunto nº 01/2021/SGP/SCR. Assim, no momento, todos os servidores se encontram em regime de trabalho remoto.

2.3. CONTROLE DE PRODUTIVIDADE DOS SERVIDORES (fonte: 5ª VTM)

Em resposta ao questionário encaminhado pela Corregedoria Regional, a 5ª Vara do Trabalho de Manaus informou que a servidora TAÍZ ROGÉGIO (Assistente de Juiz) enviará à unidade, mensalmente, a relação dos processos trabalhados e, depois de conferidos pela Diretora de Secretaria, será lavrado um documento intitulado “Controle de Produtividade” assinado pelo magistrado e a servidora.

Quanto aos demais servidores, informou que há controle através de recebimento de e-mails com as listas de processos trabalhados e/ou diretamente no sistema PJE.

Página 5 de 53





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Foram juntados, nos autos do PJe-Cor, os e-mails citados, por meio dos quais se verifica o controle dos processos movimentados pelo servidores em regime de teletrabalho.

2.4. AÇÕES DE CAPACITAÇÃO (fonte: Hórus)

As ações de formação e aperfeiçoamento dos magistrados e servidores, no âmbito deste Regional, obedecem às diretrizes traçadas na Política Nacional de Formação e Aperfeiçoamento dos Servidores do Poder Judiciário (Resolução CNJ n.º 192/2014).

Conforme informações descritivas extraídas do Sistema Hórus, durante o ano de 2020 até a realização da presente correição, os magistrados e servidores, enquanto lotados na 5ª Vara do Trabalho de Manaus, participaram de ações de capacitação que somaram a quantidade de horas abaixo relacionadas:

Magistrado (a)	Horas/aula (2020 e 2021)
Mauro Augusto Ponce de Leão Braga	73 horas
André Luiz Marques Cunha Junior	228 horas
Luiza Teichmann Medeiros	46 horas

Servidor (a)	Horas/aula (2020 e 2021)
Alcides Gomes Dias	30 horas
André Anselmo de Araújo	02 horas
Antônio Luiz de Souza Oliveira	08 horas
Elaine Cristine Melo de Oliveira Ciriaco	Não há registro
Evandro da Cunha Costa	Não há registro
Jander Menezes dos Santos	Não há registro
João Campos de Souza	Não há registro
Lorayne Andrade Ferreira Tomaz	08 horas
Miller Felix de Souza	02 horas
Rafael Linhares de Mendonça	Não há registro
Sérgio de Lima Santana	Não há registro
Taiz Rogério	Não há registro

2.5. ANÁLISE E RESUMO DO TÓPICO

Analisando as informações acima descritas, percebe-se que a unidade adota ferramentas de controle de produtividade dos servidores em teletrabalho, o que é de suma importância para que a prestação jurisdicional ocorra de forma eficiente e célere.





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

É importante esclarecer que esta Corregedoria Regional prima pela oferta de cursos/treinamentos em relação aos sistemas que lhe dizem respeito, como o fez com o Hórus e Projeto Garimpo, e que sempre se disponibilizou a suprir eventuais dúvidas dos servidores por meio de telefone, e-mail e balcão virtual.

Quanto ao PJeCor, frise-se que ainda haverá o treinamento específico para o uso desse sistema, a ser realizado, em breve, pela Escola Judicial, com ampla divulgação por meio do site do TRT da 11ª Região e do e-mail institucional dos servidores.

RECOMENDAÇÃO:

Recomenda-se que seja incentivada a participação dos servidores que compõem o quadro da Vara nos cursos disponibilizados por esse Regional, mormente aqueles voltados para o uso de sistemas (PJeCor, e-Carta, e-Gestão, GPrec, PJe, PJeCalc, plataforma Zoom, etc.), a fim de que sejam evitados erros recorrentes na operacionalização de tais ferramentas. Para tanto, os servidores devem ficar atentos aos seus e-mails institucionais, uma vez que este é o principal canal de divulgação desses cursos.

3. CLIMA ORGANIZACIONAL. RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA TRT11 N.º 192/2016 (fonte: 5ª VT de Manaus)

Com a finalidade de atender às diretrizes traçadas pela Resolução Administrativa TRT11 nº 192/2016, que instituiu o Programa de Controle e Gestão do Clima Organizacional do âmbito desse Regional, foi encaminhado formulário, elaborado pela psicóloga do TRT11, Dra. Carolina Jean Pinheiro, para preenchimento pelos servidores lotados na unidade, por meio da plataforma *Google Forms*.

Analisando as respostas enviadas, a psicóloga apresentou as sugestões de melhoria em relação ao clima organizacional da unidade, conforme relatório apresentado, anexo à presente Ata de Correição, a fim de que os gestores da unidade procedam às adequações necessárias na gestão organizacional.

RECOMENDAÇÃO:

Recomenda-se a leitura atenta do relatório apresentada pela psicóloga desse Regional (anexo à ata) quanto às sugestões de melhoria em relação ao clima organizacional da unidade, a fim de que os gestores da unidade procedam às adequações necessárias na gestão organizacional.





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

II – SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE INFORMAÇÕES ADMINISTRATIVAS E JUDICIÁRIAS DA JUSTIÇA

1. ÍNDICE NACIONAL DE GESTÃO DO DESEMPENHO DA JUSTIÇA DO TRABALHO – IGEST (fonte: e-Gestão)

O Índice Nacional de Gestão do Desempenho da Justiça do Trabalho - IGEST foi desenvolvido pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, com o objetivo de contribuir para o aprimoramento da gestão das Varas do Trabalho do País.

Ele representa um referencial numérico que sintetiza os mesoindicadores: acervo, celeridade, produtividade, taxa de congestionamento e força de trabalho.

Os mesoindicadores foram adotados de acordo com os objetivos estabelecidos no Plano Estratégico da Justiça do Trabalho entre 2015-2020.

De acordo com o relatório mais recente do IGEST, obtido no e-Gestão, referente ao período de 01.01 até 31.12.2020, a 5ª Vara do Trabalho de Manaus apresentou o seguinte desempenho no quadro de colocação geral das varas: **1.044º** lugar nacional de um total de 1.571 varas do Brasil, e **29º** lugar em relação às 32 varas do TRT11.

2. ICORREG – Taxa de Congestionamento (fonte: Hórus)

O ICorreg - Taxa de Congestionamento corresponde a um número representativo do nível de congestionamento da unidade judiciária correicionada, calculado a partir da quantidade de processos pendentes de baixa nas fases de conhecimento e execução e da quantidade de processos baixados nos últimos doze meses.

A taxa de congestionamento segue a seguinte fórmula:

$$\text{Taxa de congestionamento} = (0,5 * I09) + (0,5 * I10)$$

Onde I09 representa a taxa de congestionamento na fase de conhecimento, e I10 representa a taxa de congestionamento na se de execução. Essas taxas, por sua vez, são calculadas a partir das seguintes variáveis:

Código	Nome da Variável	Forma de Apuração	Tipo de Cálculo
V02	Pendentes de Baixa na Fase de Conhecimento	Saldo de processos dos itens 377 e 90377 no final do período de referência	Saldo Atual

Página 8 de 53





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

04	Pendentes de Baixa na Fase de Execução	Saldo de processos dos itens 383 e 90383 no final do período de referência	Saldo Atual
V13	Baixados na Fase de Conhecimento	Soma dos processos dos itens 375 e 90375	Cumulativo
V14	Baixados na Fase de Execução	Soma dos processos dos itens 381 e 90381	Cumulativo

O valor final de I09 e I10 (no sistema Hórus, corresponde à variável I09 Parametrizado e I10 Parametrizado, respectivamente), é calculado a partir da taxa absoluta de cada Vara do Trabalho, segundo a fórmula:

$$\begin{aligned} \text{I09_Value} &= \text{V02} / (\text{V13} + \text{V02}) \\ \text{I10_Value} &= \text{V04} / (\text{V14} + \text{V14}) \end{aligned}$$

Os valores parametrizados, por sua vez, têm a seguinte fórmula:

I09 Parametrizado	Valor
Se I09_Value > I09 Limite Superior	1
Se I09 = outros valores	$(\text{I09_Value} - \text{Limite Inferior}) / (\text{Limite Superior} - \text{Limite Inferior})$
Se I09_Value < I09 Limite Inferior	0

I10 Parametrizado	Valor
Se I10_Value > I10 Limite Superior	1
Se I10 = outros valores	$(\text{I10_Value} - \text{Limite Inferior}) / (\text{Limite Superior} - \text{Limite Inferior})$
Se I10_Value < I10 Limite Inferior	0

Já para o cálculo dos Limites Superiores e Inferiores de I09 e I10, é realizado o cálculo do 1º e do 3º quartil do conjunto de valores de todas as Varas do Trabalho do TRT-11, conforme a fórmula a seguir:

$$\begin{aligned} \text{Limite Inferior} &= 1^\circ \text{ Quartil} - 1,5 * (3^\circ \text{ Quartil} - 1^\circ \text{ Quartil}) \\ \text{Limite Superior} &= 3^\circ \text{ Quartil} + 1,5 * (3^\circ \text{ Quartil} - 1^\circ \text{ Quartil}) \end{aligned}$$

Considerando esses parâmetros, extraiu-se, do Sistema Hórus, que a taxa de congestionamento da 5ª Vara do Trabalho de Manaus, em março/2021, foi de **66,12%**.





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

3. METAS JUDICIÁRIAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO (fonte: Hórus)

De acordo com o que foi extraído do sistema Hórus, os percentuais de cumprimento, pela unidade, das Metas Nacionais aprovadas pela Justiça do Trabalho, foram:

ANO 2020		
META	DESCRIÇÃO	CUMPRIMENTO (%)
1	Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.	63%
2	Julgar processos mais antigos - Identificar e julgar, até 31/12/2020, 92% dos processos distribuídos até 31/12/2018.	93%
3	Estimular a conciliação - Manter o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação ao percentual do biênio 2017/2018.	45%
5	Impulsionar processos à execução – Baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente.	69%
6	Priorizar o julgamento das ações coletivas - Identificar e julgar, até 31/12/2020, 95% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017 no 1º grau.	15%
7	Priorizar o julgamento dos processos dos maiores litigantes – Identificar e reduzir em 2% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior.	Não há registro

ANO 2021*		
META	DESCRIÇÃO	CUMPRIMENTO (%)
1	Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.	69,43%
2	Julgar processos mais antigos - Identificar e julgar, até 31/12/2020, 92% dos processos distribuídos até 31/12/2018.	74,08%
3	Estimular a conciliação - Manter o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação ao percentual do biênio 2017/2018.	43%
5	Impulsionar processos à execução – Baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente.	68,4%





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

6	Priorizar o julgamento das ações coletivas - Identificar e julgar, até 31/12/2020, 95% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017 no 1º grau.	Sem ações coletivas distribuídas
7	Priorizar o julgamento dos processos dos maiores litigantes – Identificar e reduzir em 2% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior.	Não há registro

*Valores de metas sujeitos a alterações devido aos cálculos dos indicadores estarem baseados na metodologia do glossário de metas de 2020 visto que a metodologia para o ano de 2021 ainda não foi definida.

III – ACERVO PROCESSUAL E ITENS DE REGISTRO EM ATA

1. ACERVO PROCESSUAL (fonte: Hórus/e-Gestão)

PENDENTES DE FINALIZAÇÃO	2019	2020	2021
FASE PROCESSUAL	saldo em 31/12/19	saldo em 31/12/20	saldo em 31/03/21
Conhecimento	1.554	1440	1466
Liquidação	6	7	7
Execução	969	1092	1088
Cartas Precatórias pendentes de devolução	23	21	22
TOTAL	2.552	2.560	2.583

2. ITENS DE REGISTRO EM ATA (fonte: 5ª VTM)

Em resposta ao questionário enviado à Vara analisada, foram obtidas as seguintes informações:

I. Há **pronunciamento explícito sobre a admissibilidade dos recursos** ordinários e agravos de petição interpostos, não se reputando atendida a exigência em caso de despacho nos quais haja referência às locuções "Processe-se o recurso, na forma da lei" ou "Admito o recurso, na forma da lei". Por favor, informe, por amostragem, o número de processos que atendam à exigência.

Resposta:

Sim, como por exemplo nos processos:

0001208-12.2019.5.11.0005;

0000500-31.2020.5.11.0003;

0001166-06.2018.5.11.0002;





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

0000662-20.2020.5.11.0005;
0000372-05.2020.5.11.0005.

Ponderações da Corregedoria:

As decisões prolatadas nos processos citados pela unidade judiciária apresentam pronunciamento explícito sobre a admissibilidade dos recursos interpostos. Item cumprido.

II. O Juiz Titular e o Juiz Substituto desempenham seus trabalhos diariamente nas dependências da Vara do Trabalho, comparecendo regularmente de segunda a sexta-feira?

Resposta:

Sim, regularmente.

III. São realizadas **audiências** de segunda a sexta-feira? Em caso negativo, em quais dias da semana?

Resposta:

São realizadas audiências de segunda a quinta.

IV. Quais os **principais prazos** da Vara do Trabalho (inicial, instrução e julgamento) e o número de processos aguardando prolação de sentença na fase de conhecimento e incidentais à fase de execução?

Resposta:

Os principais prazos são:

Inicial – 20 dias

Instrução e julgamento – 12 dias

Número de processos aguardando sentença na fase de conhecimento: 17 processos, no prazo e já minutados.

Número de processos com incidentes na fase de execução: 27 processos.

V. Há a revisão periódica dos processos em execução que se encontrem em **arquivo provisório**, com execução suspensa, a fim de renovar providências coercitivas, por meio da utilização dos sistemas eletrônicos de pesquisa patrimonial, valendo-se, se for o caso, da aplicação subsidiária dos artigos 772 a 777 do CPC? Por favor, informe, por amostragem, o número dos processos que demonstrem tais iniciativas.

Resposta:

Sim, essa medida é adotada, inclusive em processos ativos, como por exemplo, os seguintes processos:

001015-94.2019.5.11.0005 e 0001124-45.2018.5.11.0005

Ponderações da Corregedoria:





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Embora a Vara tenha informado que essa medida é adotada, esta Corregedoria em consulta ao sistema PJe, aba "Arquivados" verificou, por amostragem, processos em arquivo provisório ou execução suspensa, em que o Juízo não atende a tal questão, uma vez que a última decisão foi proferida em junho/2019 e até o presente momento nenhuma providência coercitiva foi renovada. Processos: RTOrd 0010859-78.2013.5.11.0005; RTOrd 0002482-16.2016.5.11.0005; RTSum 0001155-70.2015.5.11.0005; RTSum 0000291-27.2018.5.11.0005 e RTOrd 0000216-22.2017.5.11.0005; RTOrd 0000661-40.2017.5.11.0005; RTSum 0001488-51.2017.5.11.0005; ExFis 0000988-82.2017.5.11.0005.

DETERMINAÇÃO:

Providenciar a revisão periódica dos processos em execução que se encontrem em arquivo provisório, com execução suspensa, a fim de renovar providências coercitivas, por meio da utilização dos sistemas eletrônicos de pesquisa patrimonial.

VI. A unidade tem observado que **exauridas em vão as referidas medidas coercitivas**, impulsionadas pelo magistrado ou requeridas pela parte, a remessa ao arquivo provisório de autos de processo em execução será precedida de lavratura de certidão do diretor de secretaria, da qual constará o insucesso dessas medidas complementares e a inexistência de depósito judicial ou recursal, de cujo teor deverá ser intimado o exequente? (art. 109 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho)

Resposta:

Sim. Tais informações já constam expressamente do próprio despacho que determina o arquivo provisório.

Processo: ExFis 0000988-82.2017.5.11.0005

Ponderações da Corregedoria:

Conforme informado no item acima, a Vara não tem adotado as medidas coercitivas para impulsionar os processos na fase de execução.

DETERMINAÇÃO:

Deverá a unidade, de forma periódica, renovar as providências coercitivas e quando esgotados todos os meios disponíveis, a remessa dos autos ao arquivo provisório deverá ser precedida de lavratura de certidão do diretor de secretaria, da qual constará o insucesso dessas medidas complementares e a inexistência de depósito judicial ou recursal, de cujo teor deverá ser intimado o exequente (art. 109 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho).





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

VII. Informe quais das ferramentas eletrônicas de investigação patrimonial abaixo a unidade utiliza, marcando um "X":

Resposta:

JUCEA (x) REDESIM (X) JUCERR () BACENJUD (X) RENAJUD (x) CNIB (x) PENHORA ONLINE (x) SACI () INFOJUD (x) CCS (x) SIMBA (x) SEI () CENSEC () SIEL () SERAJUD (x) eRIDFT (x) PROTESTOJUD (x) CNE () REDE-LAB () SISGEMB () SISBAJUD (x) INFOSEG-SINESP (x) CEIS-CNEP () REDE DE CONTROLE DA GESTÃO PÚBLICA ()

VIII. Há **inclusão em pauta** de processos na fase de execução?

Resposta: *Sim.*

IX. Há registro fidedigno, no sistema informatizado, dos atos processuais praticados, sobretudo o **lançamento processual correto** da liquidação de sentença, quitação, oposição de embargos e data de conclusão ao juiz para sentença em processos incidentais?

Resposta: *Sim.*

X. Há a pronta liberação do **depósito recursal**, em favor do reclamante, independente de requerimento do interessado, após o trânsito em julgado da sentença condenatória, desde que o valor do crédito trabalhista seja inequivocadamente superior ao do depósito recursal ou incontroverso, prosseguindo a execução depois pela diferença (art. 108, I, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho)?

Resposta: *Sim.*

XI. É determinada pelo juiz a **citação do sócio em caso de desconsideração da personalidade jurídica da empresa executada**, por meio de decisão fundamentada, para que, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, indique bens da sociedade (art. 795 do CPC) ou, não os havendo, garanta a execução, sob pena de penhora, com o fim de habilitá-lo à via dos embargos à execução para imprimir, inclusive, discussão sobre a existência da sua responsabilidade executiva secundária? Por favor, informe, por amostragem, o número de processos que demonstrem as iniciativas realizadas pelo Juízo.

Resposta:

Sim, existem os seguintes processos como referência:

ATSum 000486-12.2018.5.11.0005 e 0000599-34.2016.5.11.0005

Ponderações da Corregedoria:

Esta Corregedoria verificou que o Juízo atende a tal questão, nesses processos.





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

XII. Há processamento do **incidente de desconconsideração da personalidade jurídica nos mesmos autos** onde tramita o processo principal? Por favor, informe por amostragem, o número de processos que demonstrem as iniciativas realizadas pelo juízo nesse sentido.

Resposta:

Sim, há. O incidente tramita nos próprios autos do processo principal, como, por exemplo, nos seguintes processos: ATOrd 0001878-89.2015.5.11.0005 e ATOrd 000256-58.2018.5.11.0008

Processo: ATSum 0000969-08.2019.5.11.0005;

Ponderações da Corregedoria:

Esta Corregedoria verificou que o Juízo atende a tal questão, nesses processos.

XIII. A unidade tem observado o **art. 116 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho** que dispõe sobre o sobrestamento por execução frustrada (art. 40 da Lei nº 6.830/80) que ocorre por até um ano, sem correr o prazo para prescrição intercorrente?

Resposta: *Sim.*

XIV. O movimento processual **“arquivamento provisório”** corresponde a suspensão da execução com contagem do prazo de prescrição intercorrente, assegurada a possibilidade de desarquivamento posterior e prosseguimento da execução, conforme previsto no **arts. 109 e 117 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho e art. 2º, da Recomendação nº 008/2018, da Secretaria da Corregedoria**. O art. 114 da referida consolidação também dispõe que os juízes do trabalho manterão os processos em arquivo provisório até o encerramento da Recuperação Judicial ou da falência em que ela eventualmente tenha sido convolada (artigo 156 e seguintes da Lei nº 11.101/2005). A unidade tem utilizado tal movimento processual para outras situações que não as citadas acima? Em caso positivo, informe em quais situações.

Resposta:

Não. A unidade não utiliza para outras situações.

Ponderações da Corregedoria:

Verifica-se nos autos analisados por esta Corregedoria, a existência de despacho da Vara intimando o reclamante para apresentar manifestações para prosseguimento da execução, sob pena de arquivamento dos autos e início da contagem do prazo da prescrição intercorrente, na forma do art. 11-A da CLT.

Processos: ATOrd 0000726-06.2015.5.11.0005(Recuperação Judicial); RTOrd 0000216-22.2017.5.11.0005; ACum 0001220-26.2019.5.11.0005; ExFis 0000988-82.2017.5.11.0005; ATOrd 0000770-88.2016.5.11.0005





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

RECOMENDAÇÃO:

Entende esta Corregedora que não há incongruência entre o art. 11-A da CLT e as Consolidações dos Provimentos da CGJT e desta Corregedoria Regional.

O que está previsto é que antes do decreto de extinção, seguindo as diretrizes das normas subsidiárias (art. 921, III, do CPC e lei 6.830/80, art. 40) há a necessidade de suspensão do feito pelo período de 1 ano, findo o qual o juiz revogará o sobrestamento e intimará o credor para dar seguimento, sob as penas do art. 11-A da CLT. Só a partir de tal intimação, com esta cominação, é que o prazo prescricional fluirá.

Assim, recomenda-se o seguinte procedimento: havendo execução frustrada, o fluxo é o de sobrestamento por um ano; após, deve haver a intimação para impulso do exequente e, somente aí, começa a fluir prazo da prescrição intercorrente, encaminhando o processo para o fluxo de arquivo provisório.

XV. A tarefa “**arquivamento definitivo**” corresponde à extinção da execução, nos termos do art. 924, do CPC e art. 119 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho. A unidade tem utilizado tal movimento processual para outras situações, como no caso de retorno dos autos do 2º grau? Em caso positivo, informe em quais situações.

Resposta:

Não. A vara somente utiliza a tarefa para os processos quitados e pagos.

Processos: ATOrd 0002303-52.2016.5.11.0015; ATOrd 0000852-85.2017.5.11.0005

Ponderações da Corregedoria:

Esta Corregedoria verificou que o Juízo atende a tal questão, nesses processos.

XVI. A unidade observa a Resolução Administrativa TRT11 nº 43/2016 que institui a **Seção de Hastas Públicas**, enviando processos a tal setor? Por favor, informe, por amostragem, o número de processos que demonstrem as iniciativas realizadas pelo juízo nesse sentido.

Resposta:

Sim, por exemplo, no caso do processo ATOrd 001104-25.2016.5.11.0005.

XVII. A unidade observa o que consta na Resolução Administrativa TRT11 nº 105/2018 que trata da **reunião de execuções, sempre que houver execução de grandes devedores ou empresas em situação falimentar ou de insolvência**? Por favor, informe, por amostragem, o número dos processos que demonstrem as iniciativas realizadas pelo juízo nesse sentido.

Resposta:

Sim. Exemplo:

- 0001428-78.2017.5.11.0005 (AIR TIGER DO BRASIL LTDA.);





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

- 0000962-21.2016.5.11.0005 (RCA CONSTRUÇOES, CONSERVACAO E SERVICOS DE LIMPEZAS LTDA);
- 0010562-71.2013.5.11.0005 (RUDARY PRESTADORA DE SERVICOS DO AMAZONAS LTDA).

Ponderações da Corregedoria:

Esta Corregedoria verificou que o Juízo atende a tal questão, nesses processos.

XVIII. A unidade **digitalizou integralmente os processos** em trâmite na fase de conhecimento com identificação individual dos processos, das peças digitalizadas e a data de autuação?

Resposta:

Sim, digitalizou todos os processos efetivamente em trâmite na Vara na fase de conhecimento, e posteriormente os que tramitavam em segunda instância em grau de recurso.

XIX. A unidade inclui processos na fase de execução em eventos de conciliação? (Semana Nacional da Execução Trabalhista, Dia Regional da Conciliação dentre outros? Quais eventos?

Resposta:

Sim, em todos os eventos citados.

XX. A unidade está cumprindo o disposto no art. 151 a 167 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria Regional no tocante ao **pagamento dos honorários periciais**?

Resposta: *Sim.*

XXI. A unidade verifica, quando do arquivamento definitivo dos autos eletrônicos, a inexistência de **contas judiciais com valores disponíveis** vinculadas ao processo (Ato Conjunto CSJT.GP.CGJT nº 01/2019 e Ato Conjunto nº 02/2020/SGP.SCR)?

Resposta:

Sim.

Processos: ATOrd 0000288-09.2017.5.11.0005;

Ponderações da Corregedoria:

Embora o processo acima não apresente saldo remanescente, tal fato não ocorreu nos processos abaixo relacionados:

Processos arquivados com saldo remanescente: ATOrd 0002526-47.2016.5.11.0001; ATOrd 0001993-76.2016.5.11.0005; ATOrd 0000266-82.2016.5.11.0005; ATOrd 0001104-59.2015.5.11.0005; ATOrd 0011281-53.2013.5.11.0005; ATOrd 0001987-69.2016.5.11.0005; ATOrd 0001183-43.2012.5.11.0005 (com certidão de ausência de saldo, mas existe saldo); ATOrd 0001438-16.2017.5.11.0008; ATOrd 0000054-37.2011.5.11.0005; ATOrd 0001965-74.2017.5.11.0005





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

RECOMENDAÇÃO:

Deve ser adotado como prática o saneamento do processo judicial antes de seu arquivo definitivo.

DETERMINAÇÃO:

Determino que todos os processos que foram arquivados pela primeira vez após 14-02-2019, sejam desarquivados, devendo a unidade judiciária proceder a todas as medidas necessárias para levantamento do saldo remanescente e posterior arquivamento, observando o Ato Conjunto 01/2019/CSJT/GP.CGJT, complementado pelo Ato Conjunto nº 02/2020/SGP/SCR, com as alterações do Ato Conjunto nº 06/2021/SGP/SCR, devendo a unidade judiciária informar à Corregedoria dos atos realizados ao término do procedimento.

XXII. A unidade emite a certidão a que alude a Recomendação nº 04/2021/SCR antes do arquivamento definitivo dos autos, quando verificada a **inexistência de saldo em conta judicial**? Por favor, informe, por amostragem, o número dos processos que demonstrem o cumprimento de tal medida.

Resposta:

Sim, como, por exemplo, os seguintes processos:

ATOrd 0001302-28.2017.5.11.0005;

CumSen0000106-81.2021.5.11.0005

Ponderações da Corregedoria:

Embora os processos acima tenham sido arquivados com certidão, por amostragem, verificamos que os processos relacionados no item 2.XXI foram arquivados sem a referida certidão **de inexistência de saldo em conta corrente**, nos termos da Recomendação Nº 04/2021/SCR.

DETERMINAÇÃO:

Determino que todos os processos que foram arquivados pela primeira vez após 14-02-2019, sejam desarquivados, devendo a unidade judiciária proceder a todas as medidas necessárias para levantamento do saldo remanescente, inclusive com emissão de certidão (Recomendação nº 04/2021/SCR) e posterior arquivamento, observando o Ato Conjunto 01/2019/CSJT/GP.CGJT, complementado pelo Ato Conjunto nº 02/2020/SGP/SCR, com as alterações do Ato Conjunto nº 06/2021/SGP/SCR, devendo a unidade judiciária informar à Corregedoria dos atos realizados ao término do procedimento.

Página 18 de 53





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

XXIII. A unidade adota os formulários-modelo enviados por meio do Ofício nº. 02/2021/SCR, quando do encaminhamento da matéria do Projeto Garimpo à Corregedoria Regional (relatório inicial - projeto garimpo; e relatório final - projeto garimpo)?

Resposta: *Sim.*

XXIV. A unidade observa as Resoluções nº 233/2016 do CNJ e nº 298/2020 deste E. Regional, quanto à nomeação dos peritos cadastrados no **Cadastro Eletrônico de Peritos e Órgãos Técnicos ou Científicos – CPTEC**?

Resposta: *Sim.*

XXV. A Vara tem ciência do Provimento nº 06/2020/SGP/SCR, que dispõe sobre a realização da **autoinspeção permanente** nas unidades judiciárias de 1º grau do TRT 11ª? A unidade já realizou a autoinspeção prevista no provimento em epígrafe?

Resposta:

Sim, tem ciência. Ainda não realizou a autoinspeção.

RECOMENDAÇÃO:

A Vara deve realizar a autoinspeção permanente, preencher o formulário eletrônico e encaminhar a esta Corregedoria, conforme disposto no Provimento nº 06/2020/SGP/SCR.

XXVI. A autuação de Conflito de Competência pelo Tribunal é **certificada pela Vara** nos autos principais?

Resposta: *Sim.*

XXVII. Houve **tramitação de processos físicos** na Vara nos últimos 12 (doze) meses?

Resposta: *Não houve.*

XXVIII. Quando da juntada de **decisões oriundas de instâncias superiores** nos processos físicos digitalizados, a unidade dá o devido impulso processual? Informe, por amostragem, o número dos processos que demonstrem o cumprimento de tal medida.

Resposta:

Sim, por exemplo, 0055300-67.2001.5.11.0005

Ponderações da Corregedoria:

Esta Corregedoria verificou que o Juízo atende a tal questão, no processo informado.





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

XXIX. Há **processos concluídos** há mais de 60 (sessenta) dias, aguardando prolação de sentença? Em caso positivo, relacione-os.

Resposta:

Não há processos concluídos na caixa minutar sentença em fase de conhecimento com mais de 60 dias.

XXX. Há **processos com instrução encerrada**, aguardando a prolação de sentença, com mais de 30 dias? Em caso positivo, relacione-os.

Resposta:

Não há processos com instrução encerrada na caixa minutar sentença em fase de conhecimento com mais de 30 dias.

XXXI. Está sendo executado pela Vara o **Plano de Ação** informado a essa Corregedoria acerca dos processos fora das pautas de audiências (Ofício-Circular n.º 03/2021/SCR)? Informe, de forma breve, as medidas adotadas pela unidade para o cumprimento desse plano.

Resposta:

Sim, inicialmente o D. Juízo vinha aplicando o procedimento previsto no Código de Processo Civil, para movimentação dos processos, no qual abria-se prazo para contestação sem a necessidade audiências. Em meados de fevereiro, contudo, foi revisto esse posicionamento e determinada a inclusão em pauta dos referidos processos. Houve, então, um trabalho conjunto de magistrados e servidores, consistente na análise de todos os processos (um total de cerca de 540 processos) que tramitavam em tais circunstâncias, seguida de despacho de inclusão em pauta e notificações. Desses, aproximadamente 240 processos já foram pautados para os meses de março e abril, e os demais continuam sendo trabalhados para inclusão em pauta nos meses subsequentes.

Processos com rito do CPC: ATOrd 0000434-45.2020.5.11; ATOrd 0000662-20.2020.5.11.0005; ATOrd 0000372-05.2020.5.11.0005; ATOrd 0000429-23.2020.5.11.0005

Ponderações da Corregedoria:

No âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, foi regulamentado, por meio do Ato Conjunto nº 6/2020/SGP/SCR que altera e republica o Ato Conjunto Nº 5/2020/SGP/SCR, a adoção de meios telepresenciais para a realização de audiências e sessões de julgamento durante a vigência das medidas de isolamento social para a prevenção do contágio pelo coronavírus (COVID-19).

Todavia, por ocasião da edição dos Atos Conjuntos n.º 1/2020/SGP/SCR e n.º 2/2020/SGP/SCR, que dispõem, respectivamente, sobre as medidas restritivas de acesso aos prédios do TRT da 11ª Região e suspensão das audiências telepresenciais no mês de janeiro de 2021, solicitou-se, por meio do Ofício-Circular n.º 03/2021/SCR, o encaminhamento à





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Corregedoria Regional do plano de ação acerca da realização das audiências telepresenciais de processos com audiências pendentes de designação.

Dessa forma, a 5ª VTM informou, em expediente encaminhado a essa Corregedoria por meio do DP nº 15397/2020, que foi revisto seu posicionamento e determinado a inclusão em pauta de audiência dos referidos processos.

Considerando a informação acima, verifica-se que a unidade judiciária está envidando esforços para manter a regularidade das audiências telepresenciais nesse período de pandemia, cumprindo, portanto, o plano de ação informado a essa Corregedoria Regional.

RECOMENDAÇÃO:

Observar o disposto na RECOMENDAÇÃO Nº 08/2021/SCR, no âmbito do primeiro grau do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, que dispõe utilizar prioritariamente o rito processual previsto na CLT para realização de audiências e, apenas excepcionalmente, o rito processual estabelecido no artigo 335 do CPC.

IV – MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL E CONCILIAÇÕES

1. MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL (fonte: Hórus/e-Gestão)

1.1 FASE DE CONHECIMENTO

1.1.1 Movimentação Processual:

FASE DE CONHECIMENTO	2019	2020	2021
MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL	saldo em 31/12/19	saldo em 31/12/20	saldo em 31/03/21
Casos novos*	1.463	912	173
Processos recebidos**	12	1	1
Processos solucionados***	1868	560	117
Pendentes de solução****	272	662	720

*Processos recebidos por distribuição e por redistribuição

**Processos recebidos com sentença reformada pela instância superior + processos com sentença reformada pelo próprio juízo + processos recebidos com sentença anulada pela instância superior + processos com sentença revogada pelo próprio juízo + processos com conversão de classe

***Processos solucionados com e sem exame de mérito





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

****Processos aguardando a 1ª Sessão de Audiência ou procedimento diverso + processos aguardando o encerramento da instrução + convertidos em diligência + com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença no prazo + com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença com prazo vencido

1.1.2. Prazos Médios:

PRAZOS MÉDIOS	2019 (dias)	2020 (dias)	2021 (até 31/03)
Do ajuizamento da ação até a prolação da sentença	148,29	175,25	218,9
Do ajuizamento da ação até a realização da 1ª audiência	47,15	73,17	89,65
Da realização da 1ª audiência e o encerramento da instrução	62,02	81,39	132
Da conclusão até a prolação da sentença	14,3	5,88	6,25

Dos dados colhidos, observa-se que houve uma piora nos prazos médios em 2021, especialmente “Do ajuizamento da ação até a prolação da sentença” e “Da realização da 1ª audiência e o encerramento da instrução”.

Importante destacar que, consoante exame dos processos por esta Corregedoria, há a inferência de que os prazos “Do ajuizamento da ação até a realização da 1ª audiência” e “Da conclusão até a prolação da sentença” não correspondem à realidade, o que pode ser explicado pelo fato de que o Juízo adotou como praxe a realização do fluxo processual conforme o rito processual comum (CPC) no ano de 2020 e no começo de 2021, não tendo havido, como regra, a designação de audiências inaugurais, de instrução e/ou encerramento de instrução.

1.1.3. Processos Solucionados:

Com exame do mérito	2019	2020	2021 (até 31/03)
Conciliações	622	182	35
Julgados procedente	100	63	12
Julgados procedente em parte	423	97	23
Julgados improcedente	162	45	8
Extintos com resolução de mérito	4	1	0
Outras decisões com resolução de mérito	0	0	0
TOTAL	1311	388	78

Sem exame do mérito	2019	2020	2021 (até 31/03)
Extintos sem resolução de mérito	152	37	15

Página 22 de 53





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Arquivamento	132	19	6
Desistência	186	58	10
Outras decisões sem resolução de mérito	87	58	8
TOTAL	557	172	39

1.1.4. Sentenças líquidas proferidas:

SENTENÇAS LÍQUIDAS POR ANO	2019	2020	2021 (até 31/03)
Sentenças líquidas na Vara analisada*	316	59	24

* As sentenças líquidas proferidas encontram-se no relatório "B.09 - Destaques"

1.1.5. Processos pendentes de solução (fonte: e-Gestão)

Em consulta à estatística do sistema e-Gestão referente ao mês de Março/2021, verificou-se que há 23 processos com instrução encerrada aguardando a prolação de sentença, sendo **01 (UM)** há mais de 30 dias (RTSum 0000596-40.2020.5.11.0005).

Analisando os referidos autos eletrônicos (ATSum 0000596-40.2020.5.11.0005), pôde-se constatar que houve conclusão ao Juiz ANDRÉ LUIZ MARQUES CUNHA JUNIOR em 10/12/2020 para proferir sentença em razão da apresentação de termo de acordo extrajudicial para homologação. Tal conclusão foi encerrada no dia seguinte para que as partes complementassem o termo de acordo, contudo foi utilizado movimento equivocado por não ter sido consignada a conversão do julgamento em diligência. Tal fato ocasionou a pendência em questão.

Nota-se, por oportuno, que houve homologação de acordo em audiência em 22/04/2021, contudo não foi registrada a solução do processo oportunamente.

Existem, na unidade, **482** processos a guardando a realização da primeira audiência, e **215** processos aguardando o encerramento da instrução, demonstrando que, no particular, **há congestionamento a ser sanado**.

Ressalte-se que o art. 226, inciso III¹, c. c. o art. 227², ambos do CPC, preconizam que o juiz proferirá as sentenças no prazo de 30 (trinta) dias úteis. Porém, havendo motivo justificado, pode o juiz exceder, por igual tempo (60 dias úteis), os prazos a que está submetido.

¹Art. 226. O juiz proferirá:

III - as sentenças no prazo de 30 (trinta) dias.

²Art. 227. Em qualquer grau de jurisdição, havendo motivo justificado, pode o juiz exceder, por igual tempo, os prazos a que está submetido.





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

A Vara deve observar, ainda, o disposto no art. 31, *caput* e §1º, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria Regional³, no que diz respeito ao lançamento da conclusão do feito para sentença no sistema PJe.

1.2. FASE DE LIQUIDAÇÃO

1.2.1 Movimentação Processual:

FASE DE LIQUIDAÇÃO	2019	2020	2021
MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL	saldo em 31/12/19	saldo em 31/12/20	saldo em 31/03/21
Liquidações iniciadas*	764	169	22
Liquidações finalizadas (encerradas)**	864	337	24
Liquidações de sentença pendentes***	5	6	5
Processos no Arquivo Provisório na Liquidação	0	0	0

* Processos com liquidação iniciada + processos desarquivados para prosseguimento da liquidação

** Liquidações encerradas + liquidações encerradas por acordo + processos arquivados provisoriamente

***Processos Pendentes de Liquidação (com liquidação de sentença pendente)

1.2.2. Prazo médio:

PRAZO MÉDIO DA LIQUIDAÇÃO	2019 (dias)	2020 (dias)	2021 (até 31/03)
Do início ao encerramento da liquidação	32,91	5,71	5,25

1.3. FASE DE EXECUÇÃO

1.3.1. Movimentação Processual:

FASE DE EXECUÇÃO	2019	2020	2021
MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL	saldo em 31/12/19	saldo em 31/12/20	saldo em 31/03/21
Execuções iniciadas*	517	416	40
Execuções encerradas**	313	258	48

³Art. 31 É obrigação funcional dos servidores a alimentação fidedigna do sistema PJe quanto à data efetiva da conclusão dos processos ao magistrado, para fins de aferição do prazo legal para publicação de sentença.

§1º. O juiz do trabalho ou servidor lançará movimentação no sistema PJe de conclusão do feito na mesma data daquela consignada em ata de audiência, salvo na exceção legal prevista no art. 364, § 2º do CPC.





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Pendentes de execução***	868	912	896
Processos no Arquivo Provisório na Execução	83	158	167

*Processos com execução iniciada

**Execuções encerradas (exceto processos arquivados provisoriamente)

***Processos em execução + processos suspensos por execução frustrada.

O resíduo da Vara analisada (pendentes + saldo de processos no arquivo provisório), em dezembro de 2020, foi de **1.070** execuções, ou seja, um aumento em relação a dezembro de 2019, que foi de **951**.

Em março/2021, há **1.063** execuções pendentes no resíduo, confirmando a tendência de aumento.

1.3.2. Prazos Médios:

PRAZO MÉDIO DA EXECUÇÃO	2019 (dias)	2020 (dias)	2021 (até 31/03)
Do início à extinção da execução	385,13	402,35	980,35
Do ajuizamento da ação até a extinção da execução	1.048,21	1.157,22	1.631,65

O prazo médio entre o início e a extinção da execução, que era de **385,13** dias em 2019, aumentou para **402,35** dias em 2020. Em março/2021, esse prazo médio é de **980,35** dias.

O prazo médio entre o ajuizamento da ação e a extinção da execução, que era de **1.048,21** dias em 2019, aumentou para **1.157,22** dias em 2020. Em março/2021, esse prazo médio é de **1.631,65** dias.

RECOMENDAÇÃO:

- Envidar esforços para reduzir o prazo médio da fase de execução, utilizando as diversas ferramentas de constrição, de modo a conter o aumento expressivo do prazo nesta fase;
- Incluir, de forma esporádica, processos na fase de execução em eventos de conciliação, independente da realização deste evento pelo Tribunal, o que ajudaria a diminuir o acervo e o prazo médio.

1.3.3. Execuções encerradas (extintas):

EXECUÇÕES ENCERRADAS (EXTINTAS)	2019	2020	2021 (até 31/03)
---------------------------------	------	------	------------------





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Por acordo	40	39	9
Por pagamento do crédito do exequente	71	175	42
Pela prescrição intercorrente	0	0	0
Por cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer	0	0	0
Por outras formas de extinção	166	150	27

1.3.4. Processos arquivados com saldo em conta judicial após 14-02-2019 (fonte: PJe)

Como exemplificado nos itens XXI e XXII, do tópico “2. ITENS DE REGISTRO EM ATA”, em consulta ao sistema PJe, percebe-se que a Vara não observou quanto aos disposto no Ato Conjunto nº 01/2019/CSJT.GP.CGJT e no Ato Conjunto nº 02/2020/SGP-SCR, os quais vedam o arquivamento de processos com saldo remanescente após 14-02-2019, deixando a Vara de certificar, antes de arquivar o processo, a ausência de valores disponíveis em conta judicial vinculada ao processo, de juntar a comprovação de pagamento e de recolhimento dos encargos previdenciários e fiscais e por fim de emitir a certidão modelo, conforme anexo da Recomendação nº 04/2021/SCR.

2. CONCILIAÇÕES (fonte: Hórus/e-Gestão)

FASE DE CONHECIMENTO	2019	2020	2021 (até 31/03)
Processos conciliados (Conciliações)	622	182	35

FASE DE LIQUIDAÇÃO	2019	2020	2021 (até 31/03)
Liquidações encerradas por acordo	0	2	0

FASE DE EXECUÇÃO	2019	2020	2021 (até 31/03)
Execuções extintas por acordo*	40	39	9

*Relatório e-gestão: Processos com Execução Encerrada

V – INCIDENTES PROCESSUAIS E RECURSOS PARA O 2º GRAU

1. INCIDENTES PROCESSUAIS

1.1. DADOS EXTRAÍDOS DO HÓRUS/E-GESTÃO

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO*	Período de Ref. - março/2021
Opostos	0





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Conclusos	1
Julgados	2
Prejudicados	0
Pendentes	13

*Relatório e-gestão: "Recursos"

TUTELAS PROVISÓRIAS*	Período de Ref. - março/2021
Recebidas	5
Apreciadas	4
Pendentes	21

*Relatório e-gestão: "Recursos"

INCIDENTES PROCESSUAIS NA LIQUIDAÇÃO/EXECUÇÃO*	Período de Ref. - março/2021
Recebidos	0
Julgados	2
Prejudicados	0
Pendentes	40

*Relatório e-gestão: "Recursos"

1.2. IRREGULARIDADES ENCONTRADAS

Quanto à tramitação dos processos no PJe, foram verificados alguns, por amostragem, e identificadas as seguintes irregularidades:

a) Ausência de movimentação de baixa dos incidentes: Verificou-se que em alguns processos não é observado o correto movimento para baixa dos incidentes no sistema e-Gestão, gerando pendências que já não mais subsistem:

Processos: ETCiv 0000435-30.2020.5.11.0005, ExFis 0000579-09.2017.5.11.0005, ATOrd 0000721-42.2019.5.11.0005, ATOrd 0000175-50.2020.5.11.0005, ACum 0000709-62.2018.5.11.0005, ATOrd 0000635-13.2015.5.11.0005, ATOrd 0000751-53.2014.5.11.0005, ATOrd 0010061-20.2013.5.11.0005

b) Demora no julgamento dos incidentes: Verificou-se extenso o prazo para o julgamento de incidentes processuais. Em grande parte dos processos, constatou-se por amostragem que o prazo para exame dos incidentes dura cerca de 6 meses ou mais.

Processos: A ATOrd 0002314-87.2011.5.11.0005, ATOrd 0000500-93.2018.5.11.0005, ATOrd 0000437-97.2020.5.11.0005





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

1.3. SANEAMENTO

DETERMINAÇÃO:

- Observar o prazo legal para proferir a decisão;
- O trâmite processual deve ocorrer de forma célere evitando prazo excessivo na conclusão das tarefas;
- Observar as regras de negócio dos sistemas PJe e e-Gestão para dar a correta baixa estatística.

2. RECURSOS PENDENTES DE REMESSA PARA O TRT (fonte: Hórus/e-Gestão)

RECURSO	2021 (até 31/03)
Recursos Ordinários	6
Agravos de Petição	5
Recursos Adesivos	0
AI Recurso Ordinário	0
AI Agravo de Petição	0

As decisões prolatadas nos processos citados pela unidade judiciária apresentam pronunciamento explícito sobre a admissibilidade dos recursos interpostos. Item cumprido.

VI – EXAME DOS PROCESSOS NO SISTEMA PJe

1. PROCESSOS ANALISADOS

Obedecendo ao critério de aleatoriedade e consoante observação das tarefas do sistema PJe e dos relatórios gerenciais disponíveis (e-Gestão, SAO, Hórus, etc.), foram analisados por amostragem os seguintes processos:

ATOrd 0000174-70.2017.5.11.0005, ETCiv 0000435-30.2020.5.11.0005, ExFis 0000579-09.2017.5.11.0005, ATOrd 0000721-42.2019.5.11.0005, ATOrd 0000740-85.2018.5.11.0004, ExTiEx 0001331-44.2018.5.11.0005, ATOrd 0002314-87.2011.5.11.0005, ATOrd 0002565-32.2016.5.11.0005, ATOrd 0002683-47.2012.5.11.0005, ATSum 0000066-02.2021.5.11.0005, ATOrd 0000073-91.2021.5.11.0005, ATSum 0000119-80.2021.5.11.0005, ATSum 0000129-27.2021.5.11.0005, ATSum 0000011-51.2021.5.11.0005, AlvJud 0000101-59.2021.5.11.0005,





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

ATSum 0000136-19.2021.5.11.0005, ATSum 0000169-09.2021.5.11.0005, ATOrd 0000175-50.2020.5.11.0005, ACum 0000297-34.2018.5.11.0005, ATSum 0000364-28.2020.5.11.0005, ACum 0000709-62.2018.5.11.0005, ACPCiv 0000965-05.2018.5.11.0005, ATSum 0001287-64.2014.5.11.0005, ATOrd 0001400-47.2016.5.11.0005, ExTiEx 0002470-02.2016.5.11.0005, ATOrd 0001391-80.2019.5.11.0005, ATSum 0010562-71.2013.5.11.0005, ATOrd 0000022-85.2018.5.11.0005, ATOrd 0000055-75.2018.5.11.0005, ATOrd 0000089-50.2018.5.11.0005, ATOrd 0000259-33.2015.5.11.0003, ATOrd 0000500-93.2018.5.11.0005, ATOrd 0000635-13.2015.5.11.0005, ATOrd 0000751-53.2014.5.11.0005, ATOrd 0000752-38.2014.5.11.0005, ATOrd 0001444-03.2015.5.11.0005, ATOrd 0010061-20.2013.5.11.0005, ATOrd 0027000-17.2009.5.11.0005, ACPCiv 0000766-17.2017.5.11.0005, ATOrd 0000035-79.2021.5.11.0005, ATOrd 0000819-90.2020.5.11.0005, ATSum 0000612-91.2020.5.11.0005, ATOrd 0000434-45.2020.5.11.0005, ATOrd 0000132-16.2020.5.11.0005, ATOrd 0000866-98.2019.5.11.0005, ATSum 0000462-13.2020.5.11.0005, ATOrd 0000437-97.2020.5.11.0005, ATSum 0000481-19.2020.5.11.0005, ATOrd 0000067-84.2021.5.11.0005, ATOrd 0000081-68.2021.5.11.0005, ATOrd 0000072-09.2021.5.11.0005, ATOrd 0000013-55.2020.5.11.0005, ATOrd 0000076-80.2020.5.11.0005, ATOrd 0000262-45.2016.5.11.0005; HTE 0001163-08.2019.5.11.0005; ATSum 0000590-67.2019.5.11.0005; ATSum 0001273-41.2018.5.11.0005; ATSum 0000667-76.2019.5.11.0005; ATOrd 0002035-67.2012.5.11.0005; ATSum 0001348-51.2016.5.11.0005; ATOrd 0001947-53.2017.5.11.0005; ATSum 0000394-63.2020.5.11.0005; ATSum 0000633-04.2019.5.11.0005; ATSum 0000401-55.2020.5.11.0005; ATOrd 0000568-09.2019.5.11.0005; ATOrd 0000843-21.2020.5.11.0005; ATOrd 2778200-03.2000.5.11.0005; ConPag 0000048-78.2021.5.11.0005; ATOrd 0000785-18.2020.5.11.0005; ExProvAS 0000883-03.2020.5.11.0005; CumSen 0000070-48.2021.5.11.0002; ATOrd 0000648-46.2014.5.11.0005; ATOrd 0001498-95.2017.5.11.0005; ATSum 0000667-76.2019.5.11.0005; CartPrecCiv 0000338-30.2020.5.11.0005; ATOrd 0002035-67.2012.5.11.0005; ATSum 0001441-77.2017.5.11.0005; ATOrd 0000502-92.2020.5.11.0005; ATOrd 0001294-17.2018.5.11.0005; ATOrd 0000043-56.2021.5.11.0005; ATOrd 0000665-77.2017.5.11.0005; ATOrd 0001151-96.2016.5.11.0005; ATSum 0002445-57.2014.5.11.0005; ATSum 0000030-57.2021.5.11.0005; ATOrd 0000565-20.2020.5.11.0005; ATSum 0001199-50.2019.5.11; ATSum 0000100-11.2020.5.11.0005; ATSum 0000119-17.2020.5.11.0005; ATSum 0000547-67.2018.5.11.0005; ATSum 0000049-34.2019.5.11.0005; ATOrd 0000706-44.2017.5.11.0005; ATOrd 0002155-08.2015.5.11.0005; 0001385-75.2016.5.11.0006; ATOrd 0002526-47.2016.5.11; ATOrd 0001993-76.2016.5.11.0005; ATOrd 0000266-82.2016.5.11.0005; ATOrd 0001104-59.2015.5.11.0005; ATOrd 0011281-53.2013.5.11.0005; ATOrd 0001987-69.2016.5.11.0005; ATOrd 0001183-43.2012.5.11.0005; ATOrd 0001438-16.2017.5.11.0008; ATOrd 0000054-37.2011.5.11.0005; ATOrd 0001965-74.2017.5.11.0005; ATOrd 0010859-78.2013.5.11.0005; ATOrd 0002482-16.2016.5.11.0005; ATSum 0001155-70.2015.5.11.0005; ATSum 0000291-27.2018.5.11.0005; ATOrd 0000216-22.2017.5.11.0005; ATOrd 0000661-40.2017.5.11.0005; ATSum 0001488-51.2017.5.11.0005; ExFis 0000988-82.2017.5.11.0005,

Página 29 de 53





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

ATOrd 0000442-22.2020.5.11.0005, ATOrd 0000839-81.2020.5.11.0005, ATOrd 0000546-53.2016.5.11.0005, ATOrd 0002107-25.2010.5.11.0005, ACPCiv 0000461-38.2014.5.11.0005, ATOrd 0000034-70.2016.5.11.0005, ATOrd 0000046-50.2017.5.11.0005, ATOrd 0000097-27.2018.5.11.0005, ATOrd 0000209-59.2019.5.11.0005, ATOrd 0000243-97.2020.5.11.0005, ATOrd 0000343-23.2018.5.11.0005, ATOrd 0000505-81.2019.5.11.0005, ATOrd 0000663-39.2019.5.11.0005, ATOrd 0000904-47.2018.5.11.0005, ATSum 0000596-40.2020.5.11.0005.

Quanto à tramitação dos processos analisados e, examinando o acervo no sistema PJe, foram identificadas algumas irregularidades, parte das quais estão resumidas no próximo tópico.

2. IRREGULARIDADES ENCONTRADAS

a) Proferir decisão: Verificou-se nos autos a inobservância do prazo legal para proferir decisão, em alguns casos o prazo excede 3 (três) meses, sobretudo nos incidentes processuais, fato já registrado no Capítulo V desta ata.

b) Processo sem movimentação: Verificaram-se alguns processos parados nas tarefas ou com demora na sua movimentação. O relatório "Processos parados há mais de X dias - 1º Grau" do sistema SAO, do PJe, anexo, revela que há 523 processos parados em tarefa há mais de 30 dias (extração de dados em 27/04/2021). Também foi verificado que alguns processos permaneceram grande lapso temporal sem movimentação, sobretudo no ano de 2020, mas que tiveram recente impulso processual retomado.

c) Certidão de triagem inicial: Foi observado que há uma prática recente de não haver expedição de certidão de triagem inicial, mesmo com a vigência do Ato nº 185/2015/SGP deste Tribunal, que recomenda às unidades judiciárias o uso de Certidão de Triagem ao Processo Judicial Eletrônico no âmbito deste TRT;

d) Represamento de expedientes de audiência: Constatou-se sério represamento de expedientes relativos à audiência, sobretudo expedição de notificações inaugurais, tendo sido analisados casos que não houve expedição em tempo hábil para a regular realização das audiências (mesmo com determinação neste sentido há mais de 30 dias), e casos que no dia da audiência sequer tinha havido a expedição de notificação com queixa das partes sobre o assunto (ATOrd 0000067-84.2021.5.11.0005);

e) Ausência de instauração de incidente de desconconsideração da personalidade jurídica: Verificou-se que o Juízo não adota como praxe a instauração e o julgamento de incidente de desconconsideração da personalidade jurídica, em notório desrespeito aos diplomas processuais





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

vigente, motivo que pode vir a causar tumulto processual com reconhecimento posterior de nulidade dos atos praticados;

f) Existência de petições não apreciadas mesmo com o Escaninho vazio: Verificou-se em diversos processos que há petições pendentes de exame pelos magistrados, em descompasso com o que se observa no Escaninho do PJe, demonstrando que é retirado o destaque das petições mesmo sem a efetiva análise delas.

3. SANEAMENTO

Diante do exame por amostragem dos processos, considerando também as informações colhidas acima, ficam estabelecidas as seguintes:

RECOMENDAÇÃO:

- a) Após o encerramento da instrução processual, os autos devem ser encaminhados para a tarefa “Conclusão ao magistrado para julgamento - proferir sentença” e aguardar a prolação da sentença, sendo inadmissível a permanência injustificada dos autos em qualquer outra tarefa quando expressamente consta no termo o encerramento da instrução processual;
- b) Evitar a permanência injustificada do processo em tarefas do PJe por prazo superior a 30 dias;
- c) Examinar com maior brevidade as petições protocoladas pelas partes, utilizando o recurso do “Escaninho” no PJe para controle das petições recém-protocoladas;
- d) Priorizar a movimentação dos processos com maior tempo de distribuição, como forma de minimizar o prazo médio;
- e) Os expedientes e alvarás devem ser realizados de forma imediata evitando prejuízo ao jurisdicionado;
- f) Verificar em cada caso concreto a viabilidade de realização das diligências periciais e das audiências nos processos que tiveram tais atos suspensos em razão da pandemia de COVID-19, sempre respeitando os protocolos de distanciamento social e de segurança para evitar o contágio;
- g) Reduzir o tempo dos atos de triagem inicial (certidão de triagem e notificações inaugurais), preferencialmente para o momento imediato após o ajuizamento da ação, observando a vigência do Ato nº 185/2015/SGP deste Tribunal, no que concerne à recomendação de expedição da certidão de triagem;





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

- h) Realizar a triagem inicial de forma minuciosa, observando de forma efetiva a regularidade dos itens dispostos na certidão de triagem, para fins de correção de eventuais irregularidades;
- i) Empreender maior diligência quanto aos expedientes de audiência, imprimindo-lhes a celeridade e a urgência que a fase requer, a fim de evitar a redesignação desnecessária de audiências para privilegiar a celeridade processual;
- j) Observar a Recomendação nº 08/2021/SCR, que diz respeito ao uso prioritário do rito processual previsto na CLT, sobretudo quanto à necessidade de realização de audiências;
- k) Observar o fluxo correto no julgamento de embargos de declaração e demais incidentes processuais, bem como de atos praticados em audiência (sobretudo que importem em resolução do mérito), para regularizar os registros junto ao sistema e-Gestão e evitar a prolatação de decisões saneadoras;
- l) Por ocasião do início da execução contra uma parte, deve o Juízo, como regra, expedir mandado de citação, na forma do que prevê o art. 880 da CLT, salvo casos excepcionais devidamente fundamentados;
- m) Antes de direcionar a execução em desfavor dos sócios do devedor principal, deve haver a regular instauração e o julgamento de incidente de desconconsideração da personalidade jurídica, assegurados a ampla defesa e o contraditório;
- n) Empreender mais celeridade no julgamento de incidentes processuais, pedidos de tutela de urgência e embargos de declaração;
- o) Utilizar o fluxo de arquivo provisório para os casos de recuperação judicial ou falência do executado e para os casos de execução frustrada, neste último caso, desde que precedido de sobrestamento por 1 ano, conforme art. 116 da Consolidação dos Provimentos da CGJT;
- p) Examinar os processos pendentes de notificação postal e de expedição de mandado judicial, para dar vazão pelo uso do sistema e-Carta e diante da cessação da suspensão dos serviços da Seção de Distribuição de Mandados Judiciais desde 28/02/2021;
- q) Realizar controle dos ofícios expedidos para cobrar o cumprimento das determinações exaradas pelo Juízo de maneira eficaz;
- r) Utilizar os relatórios gerenciais à disposição do Juízo (e-Gestão, Hórus, SAO, Pauta Temática, etc.) bem como as ferramentas disponíveis no sistema PJe (Escaninho, tarefas como "Prazo vencido", etc.) para melhorar a gestão dos processos que tramitam no juízo;
- s) Realizar a conferência dos dados estatísticos da unidade no sistema e-Gestão para fins de atestar a conformidade e a fidedignidade das informações contidas, como ordena o art. 3º da Portaria nº 1479/2015/SGP deste Tribunal;





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

- t) Sanear o Escaninho do PJe, a fim de que constem as petições que não foram apreciadas pelo Juízo e apreciar as que estão há muito tempo pendentes, além de retirar o destaque das petições apenas após sua efetiva análise;
- u) Antes de arquivar definitivamente o processo judicial, entre outras providências, verificar a inexistência de valores disponíveis vinculados ao processo, verificar a juntada de pagamento e recolhimento de encargos previdenciários e fiscais e certificar a ausência desses valores.

DETERMINAÇÃO:

- a) Quanto ao uso do sistema PJe, deverá o Juízo sanear os processos que estejam parados há mais de 30 dias constantes do relatório do SAO, anexo, de modo a dar impulso processual para prosseguimento dos processos;
- b) Quanto aos processos analisados:
 - 1. ATOrd 0000174-70.2017.5.11.0005 - Julgar os embargos de declaração de id fe9276b;
 - 2. ETCiv 0000435-30.2020.5.11.0005 - Regularizar a baixa dos embargos de declaração;
 - 3. ExFis 0000579-09.2017.5.11.0005 - Regularizar a baixa dos embargos de declaração. Regularizar fluxo da execução frustrada para adequação ao art. 116 da Consolidação dos Provimentos da CGJT;
 - 4. ATOrd 0000721-42.2019.5.11.0005 - Regularizar a baixa dos embargos de declaração;
 - 5. ExTiEx 0001331-44.2018.5.11.0005 - Julgar os embargos de declaração de id 76a14eb ou regularizar sua baixa;
 - 6. ATOrd 0002314-87.2011.5.11.0005 - Julgar os embargos de declaração de id 74da1ea;
 - 7. ATSum 0000066-02.2021.5.11.0005 - Expedir notificação inaugural à Reclamada;
 - 8. ATSum 0000119-80.2021.5.11.0005 - Expedir notificação inaugural à Reclamada;
 - 9. ATSum 0000129-27.2021.5.11.0005 - Cumprir as determinações da decisão de id 9a6d348 quanto à designação de audiência. Expedir notificação inaugural aos Reclamados;
 - 10. ATSum 0000011-51.2021.5.11.0005 - Cumprir a determinação contida na ata de audiência de id 5e29099 quanto à expedição de ofício ao INSS;
 - 11. Alvjud 0000101-59.2021.5.11.0005 - Apreciar petição de id 5dbbb77;
 - 12. ATSum 0000136-19.2021.5.11.0005 - Apreciar pedido de tutela de urgência formulado na inicial;
 - 13. ATSum 0000169-09.2021.5.11.0005 - Apreciar petição de id 998c3dc. Expedir notificação inaugural à Reclamada;
 - 14. ATOrd 0000175-50.2020.5.11.0005 - Regularizar baixa do pedido de tutela de urgência;





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

15. ACum 0000297-34.2018.5.11.0005 - Regularizar baixa no pedido de tutela antecipada incidental;
16. ATSum 0000364-28.2020.5.11.0005 - Apreciar os pedidos de tutela de urgência formulados;
17. ACum 0000709-62.2018.5.11.0005 - Regularizar baixa do pedido de tutela de urgência;
18. ACPCiv 0000965-05.2018.5.11.0005 - Regularizar baixa do pedido de tutela de urgência;
19. ATSum 0001287-64.2014.5.11.0005 - Apreciar pedido de tutela de evidência de id 54a0072;
20. ATOrd 0001400-47.2016.5.11.0005 - Regularizar baixa do pedido de tutela cautelar incidental;
21. ExTiEx 0002470-02.2016.5.11.0005 - Regularizar fluxo de sobrestamento para Sobrestamento por execução frustrada. Regularizar baixa do pedido de tutela de urgência;
22. ATOrd 0001391-80.2019.5.11.0005 - Apreciar admissibilidade do agravo de petição interposto;
23. ATSum 0010562-71.2013.5.11.0005 - Expedir certidão de admissibilidade recursal e remeter à instância superior;
24. ATOrd 0000055-75.2018.5.11.0005 - Regularizar baixa nos embargos à execução;
25. ATOrd 0000089-50.2018.5.11.0005 - Apreciar petições de id 5f60fb2 e id 0e929aa;
26. ATOrd 0000259-33.2015.5.11.0003 - Regularizar baixa nos embargos à execução;
27. ATOrd 0000500-93.2018.5.11.0005 - Julgar os embargos de declaração de id 5835f79;
28. ATOrd 0000635-13.2015.5.11.0005 - Regularizar baixa nos embargos à execução;
29. ATOrd 0000751-53.2014.5.11.0005 - Regularizar baixa nos embargos à execução;
30. ATOrd 0010061-20.2013.5.11.0005 - Regularizar baixa nos embargos à execução;
31. ATOrd 0027000-17.2009.5.11.0005 - Apreciar petição de id e93519e;
32. ATOrd 0000132-16.2020.5.11.0005 - Julgar os embargos de declaração de id f3ea8c8;
33. ATOrd 0000437-97.2020.5.11.0005 - Julgar os embargos de declaração de id 21b2d7d;
34. ATOrd 0000067-84.2021.5.11.0005 - Designar audiência e notificar as partes com antecedência;
35. ATOrd 0000013-55.2020.5.11.0005 - Designar audiência inaugural e regularizar notificação inaugural da Reclamada;
36. ATOrd 0000262-45.2016.5.11.0005 - Impulsionar o processo;
37. HTE 0001163-08.2019.5.11.0005 - Impulsionar o processo;
38. ATSum 0000590-67.2019.5.11.0005 - Impulsionar o processo;
39. ATSum 0001273-41.2018.5.11.0005 - impulsionar o processo;
40. ATSum 0000667-76.2019.5.11.0005 - impulsionar o processo;
41. ATOrd 0002035-67.2012.5.11.0005 - impulsionar o processo;
42. ATSum 0001348-51.2016.5.11.0005 - impulsionar o processo;





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

43. ATOrd 0001947-53.2017.5.11.0005 - Impulsionar o processo;
44. ATSum 0000394-63.2020.5.11.0005 - impulsionar o processo;
45. ATSum 0000633-04.2019.5.11.0005 - Impulsionar o processo;
46. ATSum 0000401-55.2020.5.11.0005 - impulsionar o processo;
47. ATOrd 0000568-09.2019.5.11.0005 - Impulsionar o processo;
48. ATOrd 0000843-21.2020.5.11.0005 - Impulsionar o processo. Regularizar a audiência;
49. ATOrd 2778200-03.2000.5.11.0005 – Julgar a impugnação aos cálculos de id a27ee11;
50. ConPag 0000048-78.2021.5.11.0005 - Impulsionar o processo. Regularizar a audiência;
51. ATOrd 0000785-18.2020.5.11.0005 - Impulsionar o processo. Regularizar a audiência;
52. ExProvAS 0000883-03.2020.5.11.0005 – Julgar os embargos à execução de id 5e3c8f4;
53. CumSen 0000070-48.2021.5.11.0002 – Impulsionar o processo;
54. ATOrd 0000648-46.2014.5.11.0005 – dar impulso processual;
55. ATOrd 0001498-95.2017.5.11.0005 - Julgar Embargos à Execução;
56. ATSum 0000667-76.2019.5.11.0005 - sanear as irregularidades do mandado;
57. CartPrecCiv 0000338-30.2020.5.11.0005 - sanear as irregularidades do mandado;
58. ATOrd 0002035-67.2012.5.11.0005 - sanear as irregularidades do mandado;
59. ATSum 0001441-77.2017.5.11.0005 - sanear as irregularidades do mandado;
60. ATOrd 0000502-92.2020.5.11.0005 - sanear as irregularidades do mandado;
61. ATOrd 0001294-17.2018.5.11.0005 – sanear as irregularidades do mandado.
62. ATOrd 0000043-56.2021.5.11.0005 - Impulsionar o processo. Regularizar a audiência;
63. ATOrd 0000665-77.2017.5.11.0005 – Impulsionar o processo;
64. ATOrd 0001151-96.2016.5.11.0005 - Impulsionar o processo;
65. ATSum 0002445-57.2014.5.11.0005 – Impulsionar o processo;
66. ATSum 0000030-57.2021.5.11.0005 - Impulsionar o processo. Regularizar a audiência;
67. ATOrd 0000565-20.2020.5.11.0005 - Impulsionar o processo. Regularizar a audiência;
68. ATSum 0001199-50.2019.5.11.0005 – Julgar os Embargos de Declaração de id 59d32da;
69. ATSum 0000100-11.2020.5.11.0005 – Impulsionar o processo e regularizar a audiência;
70. ATSum 0000119-17.2020.5.11.0005 – Impulsionar o processo;
71. ATSum 0000547-67.2018.5.11.0005 – Impulsionar o processo;
72. ATSum 0000049-34.2019.5.11.0005 – Impulsionar o processo;
73. ATOrd 0000706-44.2017.5.11.0005 - Impulsionar o processo - renovar providências coercitivas;
74. ATOrd 0002155-08.2015.5.11.0005 – Impulsionar o processo - renovar providências coercitivas;
75. 0001385-75.2016.5.11.0006 - Desarquivar o processo, comprovar nos autos a quitação dos pagamentos e encargos, emitir certidão e não havendo mais pendências, arquivar

Página 35 de 53





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

76. ATOrd 0002526-47.2016.5.11.0001 - Desarquivar o processo, comprovar nos autos a quitação dos pagamentos e encargos, emitir certidão e não havendo mais pendências, arquivar
77. ATOrd 0001993-76.2016.5.11.0005 - Desarquivar o processo, comprovar nos autos a quitação dos pagamentos e encargos, emitir certidão e não havendo mais pendências, arquivar
78. ATOrd 0000266-82.2016.5.11.0005 - Desarquivar o processo, comprovar nos autos a quitação dos pagamentos e encargos, emitir certidão e não havendo mais pendências, arquivar
79. ATOrd 0001104-59.2015.5.11.0005 - Desarquivar o processo, comprovar nos autos a quitação dos pagamentos e encargos, emitir certidão e não havendo mais pendências, arquivar
80. ATOrd 0011281-53.2013.5.11.0005 - Desarquivar o processo, comprovar nos autos a quitação dos pagamentos e encargos, emitir certidão e não havendo mais pendências, arquivar
81. ATOrd 0001987-69.2016.5.11.0005 - Desarquivar o processo, comprovar nos autos a quitação dos pagamentos e encargos, emitir certidão e não havendo mais pendências, arquivar
82. ATOrd 0001183-43.2012.5.11.0005 - Desarquivar o processo, comprovar nos autos a quitação dos pagamentos e encargos, emitir certidão e não havendo mais pendências, arquivar
83. ATOrd 0001438-16.2017.5.11.0008 - Desarquivar o processo, comprovar nos autos a quitação dos pagamentos e encargos, emitir certidão e não havendo mais pendências, arquivar
84. ATOrd 0000054-37.2011.5.11.0005 - Desarquivar o processo, comprovar nos autos a quitação dos pagamentos e encargos, emitir certidão e não havendo mais pendências, arquivar
85. ATOrd 0001965-74.2017.5.11.0005 - Desarquivar o processo, comprovar nos autos a quitação dos pagamentos e encargos, emitir certidão e não havendo mais pendências, arquivar
86. ATOrd 0010859-78.2013.5.11.0005 - Dar impulso processual - renovar providências coercitivas ;
87. ATOrd 0002482-16.2016.5.11.0005 - Dar impulso processual - renovar providências coercitivas;
88. ATSum 0001155-70.2015.5.11.0005 - Dar impulso processual - renovar providências coercitivas;
89. ATSum 0000291-27.2018.5.11.0005 - Dar impulso processual - renovar providências coercitivas;





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

90. ATOrd 0000216-22.2017.5.11.0005 - Dar impulso processual - renovar providências coercitivas;
91. ATOrd 0000661-40.2017.5.11.0005 - Dar impulso processual - renovar providências coercitivas;
92. ATSum 0001488-51.2017.5.11.0005 - Dar impulso processual - renovar providências coercitivas;
93. ExFis 0000988-82.2017.5.11.0005 - Dar impulso processual - renovar providências coercitivas;
94. ATOrd 0000442-22.2020.5.11.0005 - Appreciar petição de id 00d8d61;
95. ATOrd 0000546-53.2016.5.11.0005 - Expedir mandado de citação para início da execução;
96. ATOrd 0002107-25.2010.5.11.0005 - Julgar impugnação aos cálculos de id ba7e17d;
97. ATOrd 0000034-70.2016.5.11.0005 - Expedir alvará em favor do Exequente;
98. ATOrd 0000046-50.2017.5.11.0005 - Resolver o incidente de desconconsideração da personalidade jurídica antes de promover atos constitutivos em desfavor dos sócios da devedora principal;
99. ATOrd 0000097-27.2018.5.11.0005 - Regularizar a citação dos sócios por mandado e resolver o incidente de desconconsideração da personalidade jurídica antes de promover atos constitutivos em desfavor dos sócios da devedora principal;
100. ATOrd 0000243-97.2020.5.11.0005 - Notificar ambas as partes sobre a expedição da certidão de crédito em favor do Exequente e apreciar a admissibilidade recursal do agravo de petição interposto pela Executada;
101. ATOrd 0000505-81.2019.5.11.0005 - Regularizar a citação dos sócios por mandado e resolver o incidente de desconconsideração da personalidade jurídica antes de promover atos constitutivos em desfavor dos sócios da devedora principal;
102. ATOrd 0000663-39.2019.5.11.0005 - Instaurar o incidente de desconconsideração da personalidade jurídica antes de promover atos constitutivos em desfavor dos sócios da devedora principal;
103. ATSum 0000054-56.2019.5.11.0005 - Regularizar a citação dos sócios por mandado e resolver o incidente de desconconsideração da personalidade jurídica antes de promover atos constitutivos em desfavor dos sócios da devedora principal;
104. ATSum 0000596-40.2020.5.11.0005 - Regularizar a solução do processo;
105. CumSen 0000517-70.2020.5.11.0002 - Dar impulso processual.

VII – ARRECADAÇÃO E VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES

1. ARRECADAÇÃO (fonte: Hórus/e-Gestão)





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

ARRECADAÇÃO NA VARA ANALISADA	2019 (R\$) (saldo em 31/12)	2020 (R\$) (saldo em 31/12)	2021 (até 31/03)
Recolhimentos previdenciários	674.760,23	628.494,77	104.877,32
Recolhimentos fiscais	139.623,97	47.545,29	1.146,38
Custas processuais e emolumentos	208.461,12	94.780,88	32.148,30

2. VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES (fonte: e-Gestão)

VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES	2019 (R\$)	2020	2021 (até 31/03)
Decorrentes de execução	4.119.025,27	3.668.503,63	429.949,20
Decorrentes de acordo	5.121.688,57	2.605.003,25	503.221,03
Decorrentes de pagamento espontâneo	3.199.624,38	690.265,63	224.242,17

VIII – PRECATÓRIOS E REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR (RPVs)

1. INFORMAÇÕES GERAIS (fonte: 5ª VTM)

Em resposta ao questionário enviado à Vara analisada, foram obtidas as seguintes informações:

I. A unidade realiza o pré-cadastro de Precatórios e RPVs (federais, estaduais e municipais) no sistema GPrec?

Resposta:

Tendo em vista que o sistema GPrec acaba de ser implantado, a Vara já começou a adotar o referido pré-cadastramento.

II. O ofício está sendo expedido de forma padronizada (art. 5º da Resolução CNJ nº 303/2019), por meio do GPrec, com a inclusão das informações previstas no art. 6º da Resolução CNJ nº 303/2019 e no art. 319 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria Regional?

Resposta: Sim

III. Ao inserir o ofício padronizado no PJe, está sendo lançado o movimento correto (Tipo de expediente → Requisição / Tipo de documento → Ofício Precatório ou Requisição de Pequeno Valor (RPV))?

Resposta: Sim





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

IV. Os ofícios precatórios são elaborados individualmente, por beneficiário (*caput* do art. 7º da Resolução CNJ nº 303/2019)?

Resposta: Sim

V. A Vara expede ofício precatório autônomo em relação aos honorários sucumbenciais, cujo beneficiário será o advogado devidamente habilitado nos autos (art. 8º da Resolução CNJ nº 303/2019)?

Resposta: Sim

VI. No caso de pluralidade de exequentes, a unidade tem adotado como critério para definir a modalidade de requisição o valor devido a cada litisconsorte (§2º do art. 7º da Resolução CNJ nº 303/2019)?

Resposta: Sim

VII. A Vara tem ciência quanto à suspensão do pagamento da parcela superpreferencial, tendo em vista a decisão proferida em 18/12/2020, nos autos da Medida Cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 6.556 DF?

Resposta: Sim

VIII. A Vara procede à intimação das partes para manifestação antes do envio da requisição de pagamento ao Tribunal (§5º do art. 7º da Resolução CNJ nº 303/2019)?

Resposta: Sim

IX. Após a expiração do prazo para a manifestação a que se refere o item anterior e depois de cumpridas outras determinações do juízo, a unidade, de forma célere, envia a Requisição de Pagamento Municipal e Estadual no GPrec, para validação, ou envia os autos eletrônicos ao posto avançado, no caso de Precatório e RPV Federal?

Resposta: Sim

X. A Vara adota a iniciativa de informar à parte acerca da possibilidade de renúncia ao valor excedente a que alude o parágrafo único do art. 48 da Resolução CNJ nº 303/2019?

Resposta: Sim

XI. Decorrido o prazo de 60 dias para o pagamento das RPs estaduais e municipais, o juízo da execução determina o imediato sequestro do crédito exequendo, devidamente atualizado (§2º do art. 49 da Resolução CNJ nº 303/2019)?

Resposta: Sim





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

XII. A Vara observa o prazo de apresentação dos precatórios até o dia 1ª de julho, a fim de viabilizar a sua inclusão nas propostas orçamentárias das entidades de direito público para pagamento até o final do ano subsequente?

Resposta: Sim

XIII. A Vara tem recebido e-mails da Seção de Precatórios, onde são solicitadas realizações de diligências? Em caso positivo, informe se a unidade tem providenciado a regularização dessas pendências. Em caso de não recebimento desses e-mails, informe se a unidade, ainda assim, verifica a aba “diligências” do sistema GPrec e providencia a regularização das solicitações.

Resposta:

Sim, a Vara tem providenciado a regularização de pendências, quando solicitadas por e-mail. A Vara também verifica a aba “diligências” do sistema GPREC, mas ainda não houve nele qualquer solicitação.

XIV. Os autos eletrônicos de processos em que foram expedidos ofícios de RPs estaduais, municipais e de suas autarquias e fundações, assim como da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, permanecem na própria Vara, onde serão processados, observando a **obrigatoriedade** de realização dos respectivos pré-cadastros no sistema GPrec?

Resposta:

Esse é procedimento correto, porém ainda não houve ocorrências após a implantação do GPrec.

XV. Quanto ao pagamento ao beneficiário ou seu procurador, a unidade está observando a forma do pagamento e os prazos estipulados no art. 341 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria Regional?

Resposta: Sim

XVI. Há Precatório com recurso disponibilizado no processo e que ainda não foi pago ao beneficiário? Em caso positivo, informe, por amostragem, o número dos processos.

Resposta:

Sim. Processos: 0001270-57.2016.5.11.0005 e 0000520-52.2016.5.11.0006.

XVII. Preencha todos os dados da tabela abaixo quanto aos precatórios e RPs expedidos pela unidade **a partir de novembro/2020** (Ato Conjunto nº 11/2020/SCR/SGP):

PRECATÓRIOS





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Nº do processo	Data do Despacho que determinou a expedição do ofício	Data da expedição do ofício pela Vara
0000712-51.2017.5.11.0005	03/11/2020	07/12/2020
0000385-72.2018.5.11.0005	26/10/2020	29/10/2020
0001090-07.2017.5.11.0005	29/10/2020	04/11/2020

REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR			
Nº do processo	Data do Despacho que determinou a expedição do ofício	Data da expedição do ofício pela Vara	Esfera (Fed./Est./Mun.)
-	-	-	-

2. REQUISIÇÃO DE PEQUENO VALOR – ESTADOS E MUNICÍPIOS

Não há Requisições de Pequeno Valor de Estados Municípios (RPVs) em trâmite na unidade, conforme informações prestadas pela Vara, bem como em consulta ao sistema GPrec até a data de realização da presente correição.

3. PRECATÓRIO E REQUISIÇÃO DE PEQUENO VALOR - FEDERAL

3.1. PROCESSOS ANALISADOS (fonte: 5ª VTM/GPrec)

Não há Requisições de Pequeno Valor Federais (RPVs) em trâmite na unidade, conforme informações prestadas pela Vara, bem como em consulta ao sistema GPrec até a data de realização da presente correição.

Quanto aos Precatórios, esta Corregedoria Regional, com a finalidade de analisar o maior número de processos, valeu-se do levantamento apresentado pela unidade (resposta ao item XVII do tópico anterior) e dos cadastros efetuados pela unidade no sistema GPrec.

Sendo assim, foram analisados os Precatórios expedidos nos seguintes processos: 0001444-03.2015.5.11.0005, 0000712-51.2017.5.11.0005, 0000385-72.2018.5.11.0005, 0002541-04.2016.5.11.0005, 0001501-84.2016.5.11.0005.





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Os processos acima ainda não foram enviados ao Posto Avançado da Seção de Precatórios. Logo, apenas eles serão analisados na presente ata.

3.2. SANEAMENTO

DETERMINAÇÃO:

Seguem, abaixo, as determinações a serem providenciadas pela Vara em cada caso, segundo consulta realizada ao PJE no dia 23/04/2021:

a) Processo nº 0001444-03.2015.5.11.0005: Os Ofícios Precatórios expedidos não estão dentro do padrão exigido pelo art. 5º da Resolução CNJ nº 303/2019. Todavia, como a RP ainda está na aba “Em cadastro” do sistema GPRec, não finalizada (criada em 19/04/21), vai passar pela triagem da Seção de Precatórios, que, se assim também entender, solicitará as diligências necessárias para uma eventual regularização. **Determinação:** Verificar o que falta para ser finalizada a RP no GPRec.

b) Processo nº 0000712-51.2017.5.11.0005: Ofício padronizado, expedido em abril desse ano; a RP ainda está na aba “Em cadastro” do sistema GPRec, finalizada, pronta para encaminhamento para validação (criada em 29/03/21). **Determinação:** Verificar o que falta para ser encaminhada a RP para validação no GPRec.

c) Processo nº 0000385-72.2018.5.11.0005: Ofício padronizado, expedido em abril desse ano; a RP está na aba “Em Diligência” do sistema GPRec, não finalizada (criada em 29/03/21). **Determinação:** Verificar o que falta para ser finalizada a RP no GPRec.

d) Processo nº 0002541-04.2016.5.11.0005: Ofício padronizado, expedido em abril desse ano; a RP está na aba “Em Diligência” do sistema GPRec, finalizada, pronta para encaminhamento para validação (criada em 17/03/21). **Determinação:** Verificar o que falta para ser encaminhada a RP para validação no GPRec.

e) Processo nº 0001501-84.2016.5.11.0005: Ofício padronizado, expedido em abril desse ano (verificam-se alguns problemas na formatação); a RP está na aba “Em Diligência” do sistema GPRec, não finalizada (criada em 16/03/21). **Determinação:** Verificar o que falta para ser finalizada a RP no GPRec.

RECOMENDAÇÃO:





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Além das determinações descritas acima, seguem a seguintes recomendações gerais à unidade em relação aos Precatórios e às RPVs (federais, estaduais e municipais):

a) A fim de se evitar erros recorrentes na tramitação de RPVs e Precatórios, os servidores da Vara, em especial os que são responsáveis pela tramitação dos Precatórios e RPVs expedidos nos processos, devem:

Realizar o curso sobre o sistema GPrec (está dividido em 4 aulas, sendo que a primeira não foi gravada integralmente, porém, para as Varas, a segunda aula é a mais importante). O curso está disponível no Canal do YouTube da Secretaria-Geral Judiciária do TRT11, e pode ser acessado através do link:

https://www.youtube.com/watch?v=wP8t45EtOGQ&list=PLDZuMgu7A3_U_c1QTY4WURm4wn-2DEgxq

Providenciar a leitura do manual do sistema GPrec, o qual pode ser acessado pelo link: <https://pje.csjt.jus.br/manual/index.php/GPREC>

Providenciar a leitura atenta da Resolução CNJ nº 303/2019 e do art. 319 ao art. 344 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria Regional, esta última disponibilizada pelo link:

<https://bd.trt11.jus.br/xmlui/bitstream/handle/bdtrt11/713425/Ato%20Conjunto%20011.2020.SCR.SGP.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

b) Observar as orientações contidas nas certidões de devolução dos autos para diligências pelo Setor de Precatórios, a fim de se evitar a reiteração de erros no sistema GPrec;

c) Diligenciar para que a expedição dos ofícios de RPVs ocorra de forma padronizada (art. 5º da Resolução CNJ nº 303/2019), por meio do GPrec, com a inclusão das informações previstas no art. 6º da Resolução CNJ nº 303/2019 e no art. 319 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria Regional;

d) Ler, atentamente, os itens contidos no questionário enviado à Vara (itens do tópico “INFORMAÇÕES GERAIS”), porquanto é possível extrair várias orientações pertinentes à matéria;





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

e) Em caso de dúvidas no lançamento de movimentação no sistema PJe ou nos cadastros efetuados no sistema GPrec, entrar em contato com os setores competentes, através de telefone ou e-mail.

IX – CARTAS PRECATÓRIAS, MANDADOS JUDICIAIS, SEÇÃO DE OUVIDORIA E REGISTROS NA CORREGEDORIA

1. CARTAS PRECATÓRIAS (fonte: Hórus/e-Gestão)

1.1. PENDENTES DE DEVOLUÇÃO AO JUÍZO DEPRECANTE (fonte: 5ª VTM)

A Vara analisada informou que há **05 (cinco)** Cartas precatórias na unidade pendentes de devolução ao juízo deprecante, quais sejam: 0000058-25.2021.5.11.0005, 0000338-30.2020.5.11.0005, 0000600-77.2020.5.11.0005, 0000786-03.2020.5.11.0005 e 0000535-82.2020.5.11.0005.

Já o relatório do e-Gestão aponta que há o total de **21 (vinte e uma)** Cartas Precatórias pendentes de devolução pela 5ª VTM ao Juízo Deprecante. É o que se observa do quadro abaixo:

5ª VTM - Juízo Deprecado	2021(até 31/03)
Recebidas*	11
Devolvidas**	10
Pendentes de devolução***	21

*Cartas Precatórias recebidas por distribuição e redistribuição, bem como aquelas devolvidas pelo juízo deprecante para prosseguimento

**Cartas Precatórias devolvidas pela Vara (cumpridas ou não cumpridas) ao juízo deprecante

*** Cartas Precatórias pendentes de devolução ao juízo deprecante

Sendo assim, a Vara não relacionou **16 (dezesesseis)** Cartas Precatórias pendentes de devolução ao juízo deprecante, quais sejam: 0000009-81.2021.5.11.0005, 0000031-42.2021.5.11.0005, 0000102-44.2021.5.11.0005, 0000104-14.2021.5.11.0005, 0000128-42.2021.5.11.0005, 0000149-18.2021.5.11.0005, 0000155-25.2021.5.11.0005, 0000165-69.2021.5.11.0005, 0000418-91.2020.5.11.0005, 0000419-76.2020.5.11.0005, 0000421-46.2020.5.11.0005, 0000523-68.2020.5.11.0005, 0000580-86.2020.5.11.0005, 0000599-92.2020.5.11.0005, 0000723-75.2020.5.11.0005 e 0000725-45.2020.5.11.0005.

1.2. PENDENTES DE CUMPRIMENTO PELO JUÍZO DEPRECADO (fonte: 5ª VTM)





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

A unidade informou que acompanha o cumprimento das Cartas Precatórias emitidas e pendentes de cumprimento pelo juízo deprecado (Vara - Juízo Deprecante), citando os seguintes processos: 000353-96.2020.5.11.0005; 0000670-94.2020.5.11.0005; 000828-52.2020.5.11.000; 000592-37.2019.5.11.0005; 0000397-18.2020.5.11.0005.

1.3. ANÁLISE DAS CARTAS PRECATÓRIAS PENDENTES DE DEVOLUÇÃO AO JUÍZO DEPRECANTE (fonte: PJe)

a) Com mandado judicial expedido e pendente de cumprimento: 0000009-81.2021.5.11.0005 (expedido em 25/01/21); 0000031-42.2021.5.11.0005 (expedido em 28/01/21); 0000104-14.2021.5.11.0005 (expedido em 08/03/21); 0000149-18.2021.5.11.0005 (expedido em 07/04/21); 0000155-25.2021.5.11.0005 (expedido em 19/04/21); 0000165-69.2021.5.11.0005 (expedido em 20/04/21); 0000338-30.2020.5.11.0005 (expedido em 06/05/20); 0000419-76.2020.5.11.0005 (expedido em 19/04/21); 0000421-46.2020.5.11.0005 (expedido em 28/05/20); 0000599-92.2020.5.11.0005 (expedido em 19/04/21).

b) Com mandado judicial devolvido pelo Oficial de Justiça: 0000102-44.2021.5.11.0005 (em 23/03/21); 0000418-91.2020.5.11.0005 (em 16/04/21); 0000523-68.2020.5.11.0005 (em 26/11/20, 26/01 e 11/03/21); 0000723-75.2020.5.11.0005 (em 05/04/21); 0000725-45.2020.5.11.0005 (em 29/03/21).

c) Aguardando cumprimento de despacho (envio para o Juízo Deprecante): 0000535-82.2020.5.11.0005 (despacho em 19/04/21).

d) Devolvida para o Juízo Deprecante: 0000058-25.2021.5.11.0005 (em 13/04/21), 0000128-42.2021.5.11.0005 (em 18/04/21); 0000580-86.2020.5.11.0005 (em 22/04/21); 0000600-77.2020.5.11.0005 (em 13/04/21); 0000786-03.2020.5.11.0005 (em 13/04/21).

1.4. SANEAMENTO

DETERMINAÇÃO:

- Verificar o cumprimento de mandados expedidos nas Cartas Precatórias 0000338-30.2020.5.11.0005 e 0000421-46.2020.5.11.0005, considerando a cessação da suspensão dos serviços da Seção de Mandados Judiciais em 28/02/2021 (DP-93/2021 do e-SAP).





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

2. MANDADOS JUDICIAIS (fonte: PJe)

A Corregedoria, no exame dos itens na tarefa “OUTROS - CHIP MANDADO PENDENTE”, constatou que há **89 (oitenta e nove) processos** com mandados pendentes de cumprimento. Na análise desses processos, por amostragem, foram encontradas algumas irregularidades, uma vez que foram encontrados mandados expedidos em maio 2020 e até o momento não foram cumpridos.

Processos: ATSum 0000667-76.2019.5.11.0005 ; CartPrecCiv 0000338-30.2020.5.11.0005; ATOrd 0002035-67.2012.5.11.0005; ATSum 0001441-77.2017.5.11.0005; ATOrd 0000502-92.2020.5.11.0005 e ATOrd 0001294-17.2018.5.11.0005

RECOMENDAÇÃO:

Recomenda-se à unidade judiciária sanear as pendências da tarefa OUTROS - CHIP MANDADO PENDENTE, impulsionando o movimento processual.

DETERMINAÇÃO:

Oficiar à Seção de Distribuição de Mandados Judiciais - SDMJ para que, no prazo de 48 horas, informe quais oficiais de justiça ainda possuem mandados judiciais da 5ª VTM, sem cumprimento, em seu poder; caso ainda exista algum nesta condição, para que prestem informações sobre as dificuldades enfrentadas para cumprimento dos mandados.

3. SEÇÃO DE OUVIDORIA (fonte: Hórus/Seção de Ouvidoria)

De acordo com o sistema Hórus e as informações colhidas da Seção de Ouvidoria, no período de 14/05/2020 até 1º/4/2021, foram registradas **22 (VINTE E DUAS) manifestações** em relação à 5ª Vara do Trabalho de Manaus:

Data	Nº do protocolo (se houver)	Nº processo judicial (se houver)	Tipo de Manifestação	Situação na Ouvidoria
03/7/20	PROAD/OUV 179/2020	10471-93.2013	SOLICITAÇÃO	ARQUIVADA
08/7/20	PROAD/OUV 187/2020	1043-62.2019	SOLICITAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE DESPACHO	ARQUIVADA
24/7/20	PROAD/OUV 234/2020	421-80.2019	SOLICITAÇÃO DE ALVARÁ	ARQUIVADA





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

07/8/20	PROAD/OUV 279/2020	852-85.2017	SOLICITAÇÃO DE HONORÁRIOS PERICIAIS	ARQUIVADA
13/8/20	PROAD/OUV 294/2020	--	ELOGIO ENVIADO PARA A VARA	ARQUIVADA
17/8/20	PROAD/OUV 308/2020	219-69.2020	RECLAMAÇÃO	ARQUIVADA
25/8/20	PROAD/OUV 326/2020	272-50.2020	SOLICITAÇÃO DE DESPACHO	ARQUIVADA
14/9/20	PROAD/OUV 362/2020	527-08.2020	SOLICITAÇÃO DE DESISTÊNCIA DO PROCESSO	ARQUIVADA
23/9/20	PROAD/OUV 390/2020	1186-85.2018	SOLICITAÇÃO DE ANDAMENTO PROCESSUAL	ARQUIVADA
25/9/20	PROAD/OUV 393/2020	663-05.2020	SOLICITAÇÃO DE AUDIÊNCIA	ARQUIVADA
25/9/20	PROAD/OUV 399/2020	1186-85.2018	SOLICITAÇÃO	ARQUIVADA
08/10/20	PROAD/OUV 463/2020	1596-80.2017	SOLICITAÇÃO DE ANDAMENTO PROCESSUAL	ARQUIVADA
22/10/20	PROAD/OUV 504/2020	957-91.2019	SOLICITAÇÃO DE ANDAMENTO PROCESSUAL	ARQUIVADA
11/11/20	552/2020	2-26.2020	SOLICITAÇÃO DE ATA DE AUDIÊNCIA	ARQUIVADA
26/11/20	PROAD/OUV 598/2020	957-91.2019	RECLAMAÇÃO PELO PORTAL	ARQUIVADA
01/12/20	PROAD/OUV 609/2020	576-49.2020	RECLAMAÇÃO POR TELEFONE	INFORMAÇÃO CONCEDIDA E ARQUIVADA
04/12/20	PROAD/OUV 615/2020	390-26.2020	SOLICITAÇÃO PELO PORTAL	INFORMAÇÃO CONCEDIDA E ARQUIVADA
16/12/20	PROAD/OUV 646/2020	1043-62.2019	SOLICITAÇÃO	ARQUIVADA
16/12/20	PROAD/OUV 650/2020	272-50.2020	RECLAMAÇÃO	ARQUIVADA
16/3/21	PROAD/OUV 76/2021	1533-55.2017	INFORMAÇÃO SOBRE JULGAMENTO	e-SAP Nº 1939/2021 ARQUIVADA

Página 47 de 53





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

			DE PROCESSO – 1ª TURMA	
16/3/21	PROAD/OUV 78/2021	622-38.2020	SOLICITAÇÃO DE ANDAMENTO PROCESSUAL	ARQUIVADA
17/3/21	PROAD/OUV 81/2021	2541-04.2016	INÉRCIA NO ANDAMENTO PROCESSUAL PARA PAGAMENTO DE PRECATÓRIO	ARQUIVADA

Eis os esclarecimentos da Seção Ouvidoria em relação à transição de sistemas de registro de manifestações na unidade:

*“*Em conformidade com a Resolução CSJT nº 239, de 23/4/2019, foi instalado a partir de 11/3/2020 o Sistema PROAD/OUV – Sistema de Processo Administrativo Virtual e Ouvidoria da Justiça do Trabalho. Assim, com a obrigatoriedade da utilização do PROAD/OUV por todos os órgãos de primeiro e segundo graus da Justiça do Trabalho, a Ouvidoria passou a adotar o novo sistema. Ocorre que, durante a instalação do sistema mencionado, ocorreram testes, erros, inconsistências, resistência das unidades à utilização do PROAD/OUV, atualizações, ajustes, que impossibilitaram o uso da nova ferramenta, sendo necessário o registro das manifestações no antigo sistema do Portal deste Regional criado pela SETIC, somente com números. Além disso, iniciado o período de quarenta contra a COVID 19, os servidores da Ouvidoria, à época, não tinham o acesso remoto ao PROAD/OUV (via intranet) e os registros das manifestações recebidas pela Ouvidoria eram operacionalizados por meio do antigo sistema.”*

4. REGISTROS NA CORREGEDORIA – RECLAMAÇÃO CORREICIONAL E/OU PEDIDO DE PROVIDÊNCIA AUTUADOS (fonte: Assessoria da Corregedoria)

Conforme informações prestadas pela Assessoria da Corregedoria nos autos do PJeCor (id. 342685), a 5ª Vara do Trabalho de Manaus foi parte em 1 (um) processo de Pedido de Providências, autuado no sistema E-Sap sob o nº DP-15063/2020 em 11/12/2020, e **arquivado** em 01/02/2021.

Além disso, foi parte em 3 (três) Reclamações Correicionais, autuadas no dia 27/2/2020 no sistema E-Sap sob os nºs DP-3149/2020, DP-3157/2020 e DP-3160/2020, e **arquivadas** em 31/7/2020.





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

X – BOAS PRÁTICAS E RECOMENDAÇÕES ANTERIORES

1. BOAS PRÁTICAS (fonte: 5ª VTM)

Destacam-se as seguintes iniciativas informadas pela Vara analisada, em relação aos seguintes macrodesafios:

a) GARANTIA DOS DIREITOS DE CIDADANIA

Resposta:

1. *Julgamento de processos com antecipação do mérito;*
2. *Pagamento imediato do valor incontroverso na apresentação de cálculos pela reclamada face à determinação de depósito;*
3. *Utilização da ferramenta de investigação patrimonial (Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro Nacional – CCS) para descobrir contas das partes sem patronos para transferência de valores*
4. *Desvio de chamadas para os telefones pessoais dos servidores desde o início da Pandemia, mesmo antes de recomendando pela Corregedoria.*

b) CELERIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

Resposta:

1. *Adoção de despacho que permite o pagamento dos créditos ainda em fase de liquidação do processo.*
2. *Aplicação do princípio da cooperação, previsto nos artigos 67 a 69 no NCPC, evitando-se o envio de ofícios e pedidos formais de informação, permitindo-se a coleta de informações por telefone e certificando-se nos autos, que conferem maior celeridade à tramitação processual.*

c) ADOÇÃO DE SOLUÇÕES ALTERNATIVAS DE CONFLITO

1. *Utilização de envio de processos ao CEJUSC para mediação, que reverte em satisfatórios índices de solução.*

d) GESTÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS E DOS GRANDES LITIGANTES

Resposta:

1. *Na triagem inicial é feito o trabalho de gestão das demandas repetitivas.*
2. *Reunião de processos em fase de execução contra grandes devedores, para prática de atos concentrados e menos demorados.*

2. ATENDIMENTO DAS DETERMINAÇÕES ANTERIORES (fonte: E-Sap)

Página 49 de 53





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

A MA nº 252/2020 (E-Sap), referente à correição anterior, encontra-se arquivada. Logo, a unidade cumpriu todas as determinações constantes em ata.

XI – REIVINDICAÇÕES DO JUÍZO E RECOMENDAÇÕES/PROVIDÊNCIAS

1. REIVINDICAÇÕES DO JUÍZO (fonte: 5ª VTM)

Foram apresentadas as seguintes reivindicações pelo Juízo:

- 1. Considerando o número reduzido de servidores da Vara, solicitam-se novas lotações, especialmente neste momento em que cargos ficaram vagos em decorrência de óbitos decorrentes de complicações da Covid-19, como se deu nesta Vara.*
- 2. Mais frequência e maior oferta de cursos de capacitação e reciclagem sobre os inúmeros sistemas cuja utilização é exigida da Vara, bem como maior divulgação dos setores competentes para esclarecimento de dúvidas.*
- 3. A adoção de medidas que permitam a concentração de controles de dados de forma mais concentrada e simplificada, em vez de pulverizada em diversos sistemas, que em muito comprometem o tempo de realização das tarefas dos servidores que atuam em Varas do Trabalho.*
- 4. Reiteração das solicitações constantes da Correição/2020: aquisição de terminais de telefone móvel ou com chip para facilitar a comunicação da vara com os jurisdicionados durante o período de pandemia.*

2. RECOMENDAÇÕES

2.1. RECOMENDAÇÕES À 5ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS

Seguem as recomendações lançadas em ata (tópicos remissivos):

- I - ANÁLISE GLOBAL -> 2. INFORMAÇÕES FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVAS -> 2.5. ANÁLISE E RESUMO DO TÓPICO: **Recomendação descrita no item;**
- I - ANÁLISE GLOBAL ->3. CLIMA ORGANIZACIONAL. RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA TRT11 N.º 192/2016: **Recomendação;**

Página 50 de 53





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

- III – ACERVO PROCESSUAL E ITENS DE REGISTRO EM ATA -> 2. ITENS DE REGISTRO EM ATA -> **Recomendações descritas nos itens XIV, XXI, XXV e XXXI;**
- IV – MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL E CONCILIAÇÕES -> 1. MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL -> 1.3. FASE DE EXECUÇÃO -> 1.3.2. Prazos Médios: **Recomendação;**
- VI – EXAME DOS PROCESSOS NO SISTEMA PJe -> 3. SANEAMENTO: **Recomendações;**
- VIII – PRECATÓRIOS E REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR (RPVs) -> 3. PRECATÓRIO E REQUISIÇÃO DE PEQUENO VALOR – FEDERAL -> 3.2. SANEAMENTO: **Recomendações;**
- IX – CARTAS PRECATÓRIAS, MANDADOS JUDICIAIS, SEÇÃO DE OUVIDORIA E REGISTROS NA CORREGEDORIA -> 2. MANDADOS JUDICIAIS: **Recomendações.**

2.2. DETERMINAÇÕES À 5ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS

Seguem as determinações lançadas em ata (tópicos remissivos):

- III – ACERVO PROCESSUAL E ITENS DE REGISTRO EM ATA -> 2. ITENS DE REGISTRO EM ATA: **Determinações descritas nos itens V, VI, XXI e XXII;**
- V – INCIDENTES PROCESSUAIS E RECURSOS PARA O 2º GRAU -> 1. INCIDENTES PROCESSUAIS -> 1.3. SANEAMENTO: **Determinações;**
- VI – EXAME DOS PROCESSOS NO SISTEMA PJe -> 3. SANEAMENTO: **Determinações;**
- VIII – PRECATÓRIOS E REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR (RPVs) -> 3. PRECATÓRIO E REQUISIÇÃO DE PEQUENO VALOR – FEDERAL -> 3.2. SANEAMENTO: **Determinações;**
- IX – CARTAS PRECATÓRIAS, MANDADOS JUDICIAIS, SEÇÃO DE OUVIDORIA E REGISTROS NA CORREGEDORIA -> 1. CARTAS PRECATÓRIAS: **Determinações;**
- IX – CARTAS PRECATÓRIAS, MANDADOS JUDICIAIS, SEÇÃO DE OUVIDORIA E REGISTROS NA CORREGEDORIA -> 2. MANDADOS JUDICIAIS: **Determinações;**

2.2. DETERMINAÇÕES À SECRETARIA DA CORREGEDORIA

a) Que seja oficiado à **Presidência do Tribunal** acerca da possibilidade de:

- Recompôr o quadro de servidores da 5ª Vara do Trabalho de Manaus, tendo em vista os cargos que ficaram vagos em decorrência de óbitos ocasionados por complicações da Covid-19;
- Adotar medidas que permitam a concentração de controles de dados de forma mais concentrada e simplificada, em vez de pulverizada em diversos sistemas, que, segundo a unidade, em muito comprometem o tempo de realização das tarefas dos servidores que atuam em Varas do Trabalho;





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

- Adquirir terminais de telefone móvel ou com chip para facilitar a comunicação da Vara com os jurisdicionados durante o período de pandemia.
- b) Que seja oficiado à **EJUD do TRT11** acerca da possibilidade de:
 - Ofertar mais cursos de capacitação e reciclagem sobre os inúmeros sistemas utilizados pelas Varas, bem como maior disponibilidade dos setores competentes para esclarecimento de dúvidas.

XII – AGRADECIMENTOS E ENCERRAMENTO

A Corregedora Regional agradece aos Excelentíssimos Juízes do Trabalho, Titular e Substituto, e à Excelentíssima Juíza do Trabalho Substituta, que, atualmente, respondem pela 5ª Vara do Trabalho de Manaus, e aos servidores e servidoras, pela atenção e cortesia com que distinguiram toda a equipe da Corregedoria Regional.

Nos 27 dias do mês de abril de 2021, às 14h30, a Correição Ordinária Telepresencial é encerrada. A Ata vai assinada pela Excelentíssima Senhora Desembargadora do Trabalho **MÁRCIA NUNES DA SILVA BESSA**, Corregedora do TRT da 11ª Região, pelo Excelentíssimo Juiz do Trabalho Titular, **MAURO AUGUSTO PONCE DE LEÃO BRAGA**, pelo Excelentíssimo Juiz do Trabalho Substituto, no exercício da Titularidade, **ANDRÉ LUIZ MARQUES CUNHA JUNIOR**, pela Excelentíssima Juíza do Trabalho Substituta, **CAROLINE PITT**, e por mim, **NEREIDA MARTINS LACERDA**, Diretora da Secretaria da Corregedoria Regional do TRT da 11ª Região.

Fica estabelecido o prazo de **20 (vinte) dias** corridos para a Vara do Trabalho, querendo, oferecer suas considerações e demonstrar o cumprimento das determinações contidas na ata (art. 5º, §2º do Provimento nº 05/2020/SCR), mediante a juntada nos autos do PJeCor. Deverá a Vara demonstrar, da mesma forma, a adoção das recomendações prescritas na presente ata, desta feita no prazo de **60 (sessenta) dias** corridos. A ata será publicada no DEJT e inserida no site institucional desse Regional.

Assinado Eletronicamente
MÁRCIA NUNES DA SILVA BESSA
Desembargadora do Trabalho
Corregedora do TRT da 11ª Região





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Assinado Eletronicamente no E-Sap (DP 3895/2021)

MAURO AUGUSTO PONCE DE LEÃO BRAGA

Juiz do Trabalho Titular

Assinado Eletronicamente no E-Sap (DP 3895/2021)

ANDRÉ LUIZ MARQUES CUNHA JUNIOR

Juiz do Trabalho Substituto,

No Exercício da Titularidade

Assinado Eletronicamente no E-Sap (DP 3895/2021)

CAROLINE PITT

Juíza do Trabalho Substituta

Assinado Eletronicamente no E-Sap (DP 3895/2021)

NEREIDA MARTINS LACERDA

Diretora da Corregedoria Regional

